

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AFN) Alexandre Brito da Silva

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA DO MAR PARA O SETOR DE DEFESA:
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ECONOMIA DO MAR NO PODER MARÍTIMO E OS
INVESTIMENTOS NO PODER NAVAL

Rio de Janeiro

2022

CC (AFN) Alexandre Brito da Silva

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA DO MAR PARA O SETOR DE DEFESA:
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA ECONOMIA DO MAR NO PODER MARÍTIMO E OS
INVESTIMENTOS NO PODER NAVAL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CF (FN) Eduardo Cruz Galvão

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

Dedico este trabalho aos Oficiais do Quadro Auxiliar de Fuzileiros Navais, como símbolo do coroamento de uma carreira de muitas lutas e conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente a Deus por me proporcionar vida e muita saúde.

À minha esposa que teve enorme paciência comigo, pois sei que não foi fácil ser dona de casa e mãe. Ela soube lidar com a minha ausência em alguns instantes e teve muito equilíbrio, já que compreendeu de maneira extraordinária o tempo que dediquei a este trabalho e sempre esteve ao meu lado compartilhando as dificuldades e alegrias. Ela sempre me apoiou, tomamos juntos as decisões, com isso, compartilhamos diversos momentos bons e outros nem tanto, porém sempre estivemos unidos trilhando a nossa trajetória. Agradeço, também, a minha filha que muitas vezes queria atenção e quando me procura eu sempre falava “papai está estudando”, isso muitas vezes corroía a minha alma, mas tive que ser forte, já que estava focado no nosso objetivo.

Ao meu orientador CF (FN) Galvão, que embora atarefado com as “fainas” da caserna sempre me orientou de maneira precisa, isso me ajudou a superar as dificuldades. Essas orientações, foram pontuais e me guiou na longa estrada que me levou à consecução desta monografia.

Por fim, a todos Oficiais Auxiliares Fuzileiros Navais da Turma Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva - 2009 -, pela convivência salutar e harmoniosa durante o ano do curso. Muito obrigado, pela troca de experiências e pelos momentos de descontração.

O Brasil é uma nação marítima, mesmo que essa condição não esteja ainda plenamente entranhada na consciência da nossa sociedade. Que nasceu, integrou-se consolidou sua independência pelo mar e que tem nele uma oportunidade única para o desenvolvimento sustentado em prol do seu povo e de sua soberania.

(SANTOS, 2021).

RESUMO

O mar sempre demonstrou sua importância estratégica e econômica perante a história da humanidade, visto que trouxe inúmeras riquezas e foi motivo de cobiça entre as nações. Desse modo a economia do mar se caracteriza como fonte de desenvolvimento e de receita, influenciando no desenvolvimento do país. Para que estes recursos sejam assegurados contra qualquer ato hostil é necessário a presença da Marinha do Brasil, a fim de garantir para o Brasil projeção de poder, sendo capaz de inibir possíveis ameaças a segurança e a soberania nacional. Assim, cabe ao Estado alocar recursos necessários para manter o Poder Naval preparado e com meios compatíveis com a importância do mar para o país. Por isso, o objetivo central da monografia é responder se o Brasil apresenta um nível de investimentos destinado ao Poder Naval, compatível com a capacidade econômica e estratégica do mar. Sob essa ótica, procurou-se identificar se, atualmente, o orçamento é condizente para a manutenção e aparelhamento da Marinha do Brasil. Para desenvolver o tema, foram realizadas pesquisas bibliográficas e descritivas abrangendo a economia do mar e a sua influência no Poder Marítimo. Analisaram-se também o nível de investimentos que o país realiza no Setor de Defesa, comparado com as principais nações do mundo. Além disso, foi pesquisado a relação entre Produto Interno Bruto e os recursos destinados ao Poder Naval. Nesse sentido, constatou-se a necessidade de elevar o orçamento destinado a Marinha do Brasil, de forma que a porcentagem dos investimentos em comparação ao PIB nacional seja na mesma média das principais nações e de acordo com o volume de recursos provenientes da economia do mar.

Palavras-chave: Economia do Mar. Amazônia Azul. Poder Naval. Investimentos na Marinha do Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Denominações das economias provenientes do mar.....	47
Figura 2	Evolução da Frota Mercante brasileira de 2010 a 2020	48
Figura 3	Número de navios mercantes por bandeira de origem 2020.....	48
Figura 4	Tráfego de embarcações e as linhas de navegação da Amazônia azul e no entorno estratégico do Brasil de 2021.....	49
Figura 5	Série histórica dos empregos no setor de construção naval e offshore – 2000 a 2022.....	50
Gráfico 1	Valores despendidos ao Comando da MB de 2011 até 2019.....	52
Gráfico 2	Valores despendidos ao Comando da MB de 2019 até 2022.....	53
Gráfico 3	PIB anual do Brasil nos últimos 10 anos.....	53
Gráfico 4	Valores despendidos para AMAZUL de 2013 a 2022.....	54
Gráfico 5	Visão geral do orçamento repassado a Marinha dos EUA.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Definições da Economia do Mar realizada pela literatura especializada.....	46
Tabela 2	Número de embarcações cadastradas na MB em 2022.....	51
Tabela 3	Gastos militares dos países da América do Sul em relação ao PIB.....	55
Tabela 4	Principais potenciais militares 2021.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AM	Autoridade Marítima
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
DPC	Diretoria de Portos e Costa
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
GEM	Grupo de Economia do Mar
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MB	Marinha do Brasil
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
PC	Plataforma Continental
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Poder Marítimo
PN	Poder Naval
PNac	Poder Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar
PSRM	Plano Setorial para os Recursos do Mar
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ECONOMIA DO MAR	10
2.1	Conceito da Economia do Mar.....	11
2.2	Economia do Mar e a relação com o Poder Marítimo.....	12
2.2.1	Marinha Mercante.....	14
2.2.2	Operações Portuárias.....	16
2.2.3	Indústria Naval.....	17
2.2.4	Poder Naval.....	20
3	RECURSOS E NÍVEIS DE INVESTIMENTOS	23
3.1	Os recursos econômicos destinados ao Poder Naval.....	23
3.1.1	Os recursos para Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.....	26
3.2	Níveis de investimentos no Setor de Defesa em outros países.....	27
3.3	Relação entre recursos destinados ao Poder Naval, Economia do Mar e o Produto Interno Bruto.....	31
4	ECONOMIA DO MAR E INVESTIMENTOS NO PODER NAVAL	33
5	CONCLUSÃO	35
	REFERÊNCIAS	38
	ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2020a) descreve que o Brasil possui um território de cerca de 8.5 milhões de km², uma área oceânica denominada Amazônia Azul com 5,7 milhões de km² e um litoral com cerca de 7.500 km de extensão. Nosso comércio é transportado quase que exclusivamente por ele. Nessa região encontra-se 95% da produção de petróleo, 80% da de gás natural e 45% do pescado produzido no Brasil. Cabe destacar que por ela também circula cerca de 90% do comércio exterior brasileiro e que a Economia do Mar, no Brasil, representa cerca de 20% do PIB nacional” (BEIRÃO *et al.*, 2020). Tudo isso demonstra o quanto o Brasil é dependente das vias marítimas para o desenvolvimento e para a maior parte das suas atividades econômicas.

Vale ressaltar que o país é uma nação marítima, mesmo que essa condição não esteja consolidada na sociedade. Assim, uma mentalidade marítima é imprescindível, já que projeta o país no cenário mundial e respalda suas decisões diplomáticas no meio marítimo. Ainda, sob o ponto de vista econômico estratégico, os recursos marinhos são vitais para a sobrevivência e prosperidade da nação, e requerem ampla disseminação em toda a sociedade, no sentido de incrementar, ainda mais, a nossa mentalidade marítima (BEIRÃO *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a defesa do país deve estar preparada para enfrentar as ameaças externas, e suas ações devem ser planejadas, a fim de preparar o emprego de todas as expressões do Poder Nacional¹ (PNac.) em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2020b). Diante disso, a PND considera o Atlântico Sul como área de interesse prioritário, em que o país deve ser capaz de assegurar a vontade nacional (BRASIL, 2020a).

Em virtude disso, o Setor de Defesa atua de maneira a contribuir para as ações de diplomacia e, em caso de conflito armado, é o setor do Estado brasileiro que aplica a força em sua plenitude. Sendo assim, a Expressão Militar do PNac deverá contar com o apoio do Estado, com regularidade e continuidade na alocação dos recursos orçamentários, com a finalidade de obter um patamar compatível com a média adotada por países com adequado desenvolvimento da sua defesa (BRASIL, 2020b).

1 A capacidade que tem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais e que estejam de acordo com a vontade nacional. (BRASIL, 2017).

Nesse contexto, pela magnitude do seu comércio marítimo e pela incontestável importância estratégica do Atlântico Sul, o qual acolhe a denominada Amazônia Azul, o país deve dispor de capacidade de defesa compatível com seus interesses e gerar efeitos dissuasórios capazes de inibir ações de possíveis agressores (BRASIL, 2020b). Dessa forma, o mar é vital para a sobrevivência e prosperidade do país, que deve possuir meios navais modernos e aptos para cumprir ao descrito no Art. 142 da Constituição Federal.

Assim, a Marinha do Brasil (MB), com o intuito de cumprir o propósito de se fazer presente na nossa área marítima e de proteger os recursos marinhos, deve dotar de meios e sistemas integrados modernos, capazes de fazer frente as situações previsíveis de conflito que resultem no emprego da força (BRASIL, 2017).

A partir dessas premissas, esta monografia se propõe a analisar se “os investimentos realizados na MB estão de acordo com a estimativa econômica e estratégica que o mar representa para o Brasil”, com o objetivo de identificar se nos dias atuais o país está realmente alocando em seu orçamento recursos suficientes para a manutenção e o preparo do Poder Naval (PN) e condizentes com a realidade dos principais países.

Para isso, pretende-se responder à seguinte questão: O Brasil tem apresentado um nível de investimentos destinados ao PN de acordo com o volume econômico e estratégico que o mar pode proporcionar? Nesse contexto, a fim de auxiliar na construção da presente pesquisa, serão abordados as principais preocupações que o Brasil deve possuir ao não aplicar na Marinha do Brasil (MB) os recursos financeiros condizentes com a evolução geopolítica que ambiente marinho proporciona, visto que os recursos naturais estão cada vez mais escassos.

Além disso, para responder o problema também serão estudadas as principais motivações para uma alocação de recursos adequada, de acordo com a dimensão econômica da área marítima brasileira e compatível com o nível de investimentos que principais países destinam na sua defesa.

Como resultado da presente pesquisa, pretende-se analisar o nível de investimentos alocados ao PN, com o propósito de compreender se o orçamento destinado a MB esta de acordo com a nossa realidade estrutural e condizente com a segurança e a defesa dos interesses nacionais.

O presente trabalho foi concebido por meio de pesquisas bibliográfica e descritiva, buscando elucidar o nível adequado de investimento que a MB necessita frente a importância econômica, estratégica e comercial que o mar representa.

Dessa maneira, o estudo abarca autores que mencionam a economia do mar, sobretudo relacionando quanto poderia ser empregado no PN e, ainda, que descrevam sobre a quantidade adequada de aplicação de recursos.

Para alcançar esses objetivos, o presente trabalho constitui-se de uma introdução, três capítulos de desenvolvimento, e uma conclusão. O capítulo dois aborda os conceitos sobre economia do mar para o Brasil e a relação com o Poder Marítimo (PM). Cabe mencionar que, as informações descritas no capítulo serão válidas no sentido de relacionar a influência das riquezas provenientes do mar e seu impacto no PM. No capítulo três, é descrito o investimento nacional no Setor de Defesa e os orçamentos destinados a defesa nos principais países a nível mundial, e uma relação ao seu respectivo PIB. Em seguida, no capítulo quatro, é descrita a atual relação da economia no mar e os investimentos no PN.

Finalmente, na conclusão serão apresentadas as considerações finais, com o sentido de visualizar o adequado investimento destinado a MB, considerando a influência dos recursos provenientes do mar na economia, em que justificam a atuação, o desenvolvimento e o incremento do PN.

2 ECONOMIA DO MAR

As atividades econômicas que dependem do mar são o estudo desse capítulo. Vale mencionar que os estudos sobre essa questão tem aumentado nos últimos anos, devido ao grande interesse que o mar representa. Contudo, o conceito de economia do mar não é unificado em nível mundial, visto que diversos setores estão envolvidos, o que torna o tema complexo.

Nesse contexto, há divergências sobre o assunto, com várias abordagens e diferentes definições, visto que as discussões surgiram no final da década de 1950, em que o foco principal era oceanografia e a perspectiva biológica. Contudo, somente em 2012, que essa questão se tornou foco mundial (SANTOS, *apud* SANTOS, 2021).

Em virtude disso, pode-se destacar que os recursos provenientes das atividades marinhas podem ser definidos de diversas formas, dependendo do país em que eles estão

inseridos, e possuir várias definições, além de economia do mar (SANTOS, 2021), como mencionado na TAB. 1 do ANEXO A.

Em uma análise preliminar, a economia do mar pode ser considerada como as atividades econômicas relacionadas aos recursos marítimos. Devido à abrangência e complexidade desse conceito, nesse capítulo essa questão será abordada de acordo com a realidade brasileira.

2.1 Conceito da Economia do Mar

A princípio, há distintos conceitos e abordagens sobre a economia do mar, de acordo com o ilustrado na FIG. 1 do ANEXO B. Dentre as abordagens mencionadas, destacam-se, por exemplo: economia azul, economia marinha, economia oceânica, economia marítima, economia costeira e economia sustentável (SANTOS, 2021).

Nesse sentido, apesar de possuir vários sinônimos, eles se direcionam para uma definição em comum, em que o objetivo é descrever os recursos provenientes das atividades relacionadas à exploração econômica do ambiente marinho. Com isso, a definição de economia do mar é a soma das atividades econômicas industriais baseadas no oceano, junto com ativos, bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas marinhos (ALERJ, 2020).

Cabe mencionar que, as atividades marinhas no Brasil são definidas pela Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) (BRASIL, 2005a). Essa política visa a orientação, o desenvolvimento das atividades que utilizam, exploram e aproveitam os recursos provenientes do Mar Territorial (MT), da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental (PC). Em consequência, é definido o potencial estratégico nos espaços marinhos, por meio do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) (BRASIL, 2020c).

Apesar de ser reconhecida pela sua potencialidade como gerador de crescimento econômico, o seu conceito teve diversas dificuldades de implementação, uma vez que a economia do mar depende diretamente da evolução tecnocientífica, que é baseada em capacidade logística para estimar sua grandeza. Entretanto, começou a estimular a comunidade científica para sua aferição e, conseqüentemente, evolução do aproveitamento (BARBOSA JUNIOR, 2020).

Contudo, há uma dificuldade em se mensurar a economia do mar devido à quantidade de atores envolvidos, pois questões sociais, ambientais e climáticas exercem forte influência nas decisões a serem tomadas. Ainda, para realizar a mensuração é preciso

caracterizar os setores econômicos que, direta ou indiretamente, se relacionam com os recursos provenientes das atividades marinhas.

Segundo Santos (2021), recentemente, tem havido um movimento em prol de discutir o tamanho e a mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) do Mar. Nesse sentido, foi criado no ano de 2019 o Grupo de Economia do Mar (GEM) com objetivo de realizar pesquisas sobre os setores e atores que envolvem o assunto. Além disso, o Grupo de Trabalho (GT), “PIB do Mar” foi formado em 2020, para identificar os setores e as atividades da economia do mar. Dessa maneira, o Brasil tem realizado diferentes esforços para promover o tema, sendo que a criação desses grupos é uma iniciativa evidente que demonstra o interesse em propor um diálogo de abrangência nacional.

Em nível global, no ano de 2016, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE) fez uma previsão que, entre os anos de 2010 e 2030 a contribuição das atividades econômicas da área marítima para o PIB global vai dobrar de volume (OCDE, 2016). Nesse contexto, aproximadamente 20% do PIB nacional são relativos às atividades vinculadas direta ou indiretamente com o mar (SANTOS e CARVALHO, 2020).

Além disso, as atividades econômicas dos recursos marinhos geram renda e demonstram como o Brasil é dependente dessa riqueza, já que 1/5 de sua economia nacional é advinda de setores que diretamente ou indiretamente são ligadas aos recursos marinhos (BEIRÃO *et al.*, 2020). Nesse sentido, a garantia da soberania do mar se torna essencial para a exploração das potencialidades. Com isso, evidente a necessidade de uma Marinha aparelhada de acordo com o tamanho das águas jurisdicionais brasileiras (AJB) e com as riquezas que ela pode proporcionar. Cabe destacar que, é necessário manter a vigilância para identificar as possíveis ameaças aos interesses nacionais.

Por fim, ficou evidenciado que o tema “Economia do Mar” é abordado de várias formas e com diferentes definições dependendo da visão regional ou global do assunto. Além disso, é necessária a conscientização da sociedade sobre o potencial que as riquezas existentes nas AJB podem proporcionar para o desenvolvimento econômico do Brasil.

2.2 Economia do Mar e a relação com o Poder Marítimo (PM)

É fundamental para o desenvolvimento econômico e fortalecimento da soberania de uma nação, possuir um PM condizente com a sua extensão, seus interesses e

aspirações. Devido a sua configuração geográfica, o país sofre grande influência da economia marinha, pois os setores componentes do PM são primordiais, para que o Brasil se desenvolva e mantenha os interesses nacionais.

O PM está no centro do processo de globalização comercial. Conseqüentemente, manter a segurança marítima é um papel do qual as marinhas não podem negligenciar. É a razão de existência das marinhas. Aquelas que entendem essa estratégia de forma coerente e crível, justificam as suas existências perante as nações (TILL, 2006).

Vale mencionar que a Marinha Mercante (MM), a indústria naval, a infraestrutura marítima e o Poder Naval, além de outras atividades, fazem parte dos setores componentes do PM que são fundamentais no volume de recursos gerados pela economia no mar. Ressalta-se que, os diversos povos sempre se preocuparam em conhecer a importância do mar: os fenícios, gregos, portugueses, espanhóis e ingleses usufruíram do mar para se tornarem grandes nações da história (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006).

Ao longo da história, todo o movimento marítimo levou as nações próximas ao mar a se desenvolverem obtendo grandes recursos provenientes desse comércio mundial. Além disso, as vantagens do uso das rotas marítimas são grandes desde a antiguidade, em que os povos buscaram obter o monopólio desses trajetos (CAMINHA, 1980).

Nesse contexto, as disputas por estas rotas foram intensas, com intuito de monopolizar as vias de comunicação marítima, pois as nações lançavam o poderio militar e econômico em seus objetivos, a fim de conquistar seus interesses e ampliar suas influências.

Esse movimento levou a demandas tecnológicas, como o aperfeiçoamento das embarcações para o desenvolvimento das vias de comunicações entre os povos, incentivando os setores comerciais da indústria naval e da defesa das nações (CAMINHA, 1980). Logo, para executar esse comércio de riquezas do mar, era necessário aumentar os investimentos na garantia da soberania e na segurança do tráfego marítimo.

Cabe ressaltar que, desde a antiguidade a humanidade buscou o mar para facilitar o desenvolvimento de suas atividades. Contudo, os povos que não possuíam o acesso marítimo buscavam esse privilégio por meio de guerras. Isso acabou por desenvolver mecanismos de defesa por parte das nações afetadas (ALBUQUERQUE e SILVA, 2006).

Ademais, o PM não está apenas atrelado ao aspecto militar, sendo a Marinha de Guerra apenas uma parte desse poder. Em síntese, a abrangência do PM é muito maior, uma

vez que se materializa por meio da capacidade política, econômica, militar e tecnológica do uso do mar, envolvendo aspectos político-econômicos e geopolíticos (SANTOS, 2021).

Portanto, a mensuração da participação econômica no PM causa ampla discussão sobre o tema, na qual deve ser levado em conta as atividades decorrentes de esforços privados e públicos, que incentivam os investimentos em um cenário de recursos públicos escassos. Sendo assim, essas atividades por meio da economia resultante do mar fortalecem a capacidade de defesa da nação, demonstrando a importância desse setor na defesa do país.

2.2.1 Marinha Mercante

O comércio marítimo é um poderoso instrumento de dominação comercial que está restrito a um pequeno número de nações. As grandes potências marítimas se desenvolveram por meio desse sistema, que fez Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda se tornarem os principais atores da expansão colonial e comercial do mundo.

Além disso, para ser considerada uma nação poderosa em termos marítimos, um país deve possuir não só uma Marinha de Guerra forte, mas também uma MM grande e relevante com estaleiros modernos e portos eficientes (MAHAN *apud* MAFRA, 2006). Nesse contexto, para que esse potencial seja aproveitado em sua plenitude, a nação necessita de meios em quantidades e qualidades suficientes para a utilização plena do modal marítimo.

Cabe mencionar que, o fluxo do comércio marítimo brasileiro depende da capacidade de absorção da MM, pois a produção brasileira é extremamente dependente do volume de transporte dos navios. Com isso, devido à limitação da projeção marítima o Estado não aproveita por inteiro o potencial econômico dos seus recursos naturais.

Tendo isso em vista, se constata a importância estratégica da MM sob o ponto de vista econômico. Salienta-se ainda a necessidade do país dispor de capacidade de transporte de produtos de interesse nacional e possuir meios disponíveis para serem empregados em situações de crise internacional ou de conflitos armados.

Além de ser fundamental no comércio marítimo e ser um fator primordial no desenvolvimento econômico a MM é um componente do PM que tem como finalidade conquistar e manter o PNac. Logo, o Brasil pode se utilizar dos navios mercantes em caso de

Mobilização Nacional², em virtude de agressões estrangeiras, visando à obtenção imediata de recursos e meios para a implementação das ações que a Logística Nacional³ não possa suprir, conforme descrito no Art. 2. da Lei 11.631/2007 (BRASIL, 2007).

Assim, a mobilização marítima é um instrumento eficaz e primordial capaz de diminuir as vulnerabilidades conjunturais, possibilitando ao PN se opor às situações de crise, decorrentes da efetivação de uma das hipóteses de emprego ou na iminência de sua concretização (BRASIL, 2015).

Cabe destacar que, o uso da MM mostrou-se um excelente instrumento da Marinha Britânica na Guerra das Malvinas, em que os navios transformados potencializaram as capacidades de ação da Royal Navy durante o esforço de guerra (FAYAD, 1986).

Nesse contexto, o país deve possuir uma frota mercante capaz de projetar o PNac e se configurar como agente propulsor da economia. Segundo os números da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2020) observados na FIG. 2 do ANEXO C, no ano de 2020 o país possuía 2.674 embarcações utilizando a bandeira brasileira. Entretanto, apenas 864 eram de fato nacionais, e mesmo sendo um país dependente economicamente das vias marítimas, com um extenso litoral, o Brasil ocupou em 2020 a 25ª posição em números totais de navios mercantes (FIG. 3) (ANEXO D).

Esse fato impacta negativamente na utilização de forma adaptável dos navios mercantes, em prol da MB, para o desenvolvimento da mobilização marítima, pois demonstra a dependência de navios estrangeiros e diminui a capacidade de prontificação para o combate.

Segundo Till (2006), a valorização da MM, em termos sociais e políticos, desenvolve um sistema de governo que estimula o comércio, visto que os armadores e empresas dependem diretamente do transporte marítimo e vislumbram o PN como forma de proteção direta e indireta de seus interesses. Dessa forma, o desenvolvimento da MB está atrelada aos recursos econômicos oriundos do comércio marítimo.

Por fim, a formação de uma frota mercante nacional diminui os riscos logísticos de dependência de embarcações estrangeiras e seria uma vantagem primordial, uma vez

2 Atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional (BRASIL, 2008).

3 Conjunto de atividades relativas à previsão e provisão dos recursos e meios necessários à realização das ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2007).

que possuir navios de bandeira brasileira é uma estratégia para a defesa nacional, pois, como já mencionado, há casos em que as embarcações mercantes brasileiras podem ser disponibilizadas para a Marinha de Guerra.

2.2.2 Operações Portuárias

A importância econômica no comércio marítimo não se restringe apenas a MM, já que as operações portuárias também são consideradas os grandes gargalos econômicos. Os portos são apontados como um elo comercial, com objetivo de escoar bens, mercadorias e pessoas, a fim de desenvolver a economia marinha. Com isso, conforme mencionado na END (BRASIL, 2020a), como componente do PM, cabe à nação o desenvolvimento das infraestruturas marítimas, de acordo com as dimensões e ambições nacionais.

Nesse sentido, a capacidade logística do setor portuário é composta por 37 portos públicos organizados, que movimentaram 1,210 bilhão de toneladas de carga em 2021. Isso representa um crescimento de 4,8% em relação a 2020 (ANTAQ, 2021). Além disso, a atividade portuária obteve um movimento de R\$ 179,8 milhões nos primeiros dois meses de 2022 (ANTAQ, 2022). Esse número revela um crescimento de 1,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Embora o Brasil esteja em crescimento, no ranking mundial dos principais portos do mundo, ele ainda não está na vanguarda, visto que ocupa somente a 43ª posição na lista de maiores portos do mundo, com o porto de Santos-SP (SAIBA, 2022).

Ademais, a segurança portuária da nação está diretamente ligada a importância estratégica do Atlântico Sul, devido ao enorme tráfego de embarcações e linhas de navegação da Amazônia Azul no entorno estratégico do Brasil em 2021, como se pode observar na FIG.4 do ANEXO E. Dessa forma, a MB, como Autoridade Marítima (AM), é responsável pela garantia da segurança nas AJB (BRASIL, 2017b). A segurança marítima compreende as atividades relacionadas à segurança do tráfego marítimo, à segurança das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), por meio das quais são realizados o comércio nacional e internacional e o turismo, dentre outras.

Vale ressaltar que, a MB exerce função primordial no controle de entrada e saída do país, uma vez que a Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC) é responsável pela normatização e a fiscalização dos assuntos ligados à segurança da navegação, a fim de contribuir para a soberania do país.

Dessa maneira, no sentido de controlar o território marítimo, todas as embarcações mercantes estrangeiras que adentram nos portos nacionais devem comunicar sua previsão de chegada aos Órgãos de Despacho (OD), que são as Capitânicas dos Portos e suas Delegacias e Agências, que realizam o controle de entrada e saída do país das embarcações estrangeiras (MARINHA DO BRASIL, 2013).

Assim sendo, fica claro que a intensificação do transporte de cargas marítimas no entorno estratégico aumentam o fluxo portuário e requer um esforço cada vez maior da MB, que executa a função de AM. Cabe mencionar que, o esforço de integração com os diversos órgãos envolvidos nas ações portuárias visam o monitoramento, a fim de fortalecer o PM.

Em decorrência disso, a MB vem implementando uma estratégia disseminada pela Organização Marítima Internacional (IMO), que visa a integração dos serviços marítimos e portuários. O *e-Navigation*⁴ tem como finalidade promover uma maior agilidade no processo de tomada de decisões pelas AM, Portuárias e demais atores envolvidos no comércio marítimo. A implementação deve impactar os setores que exercem suas atividades no ambiente marítimo e os seus respectivos portos, proporcionando maior rapidez e segurança (MARINHA DO BRASIL, 2022a).

Portanto, a crescente preocupação com a eficiência no transporte marítimo de cargas no Brasil, contribui para a melhora da capacidade logística portuária e influência positivamente na economia marinha do país. Além disso, a melhor eficiência dos portos, relacionam-se com as atividades realizadas pela MB, visto que contribuem para elevação da consciência marítima e possibilitam a integração entre órgãos públicos e privados. Assim, o aumento do fluxo marítimo incentiva a competitividade entre os agentes econômicos e possibilitam ações no sentido de garantir uma maior segurança no controle de entrada e saída do Brasil. Isso conseqüentemente incrementa do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário e fortalece o PM, a fim de que o país seja reconhecido internacionalmente pelo controle de sua área marítima.

2.2.3 Indústria Naval

A indústria naval é um segmento forte que produz efeitos diretos e indiretos na economia do país. Esses efeitos econômicos envolvem demandas ao longo prazo que são

⁴ Conceito que contempla ampla gama de sistemas e serviços de informação integrados e harmonizados que visa a segurança e aprimora a navegação (MARINHA DO BRASIL, 2022a).

sustentadas por uma série de políticas públicas, que solidificam a atividade como uma das mais importantes para o país. O setor de construção naval contribui não só para a economia, como também para as questões estratégicas de segurança nacional, ao viabilizar e incentivar o comércio marítimo de longo curso com meios próprios.

O desenvolvimento da construção naval tem caráter estratégico, pois o produto final é o navio que está diretamente ligado a defesa e a segurança nacional. Contudo, a indústria naval militar brasileira está restrita ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e a parte de submarinos ao Complexo Naval de Itaguaí (CNI). Criado em 1763 para reparos na construção naval, o AMRJ ganhou impulso em 1808 com a transmigração da família real para o Brasil em 1808, que transferiu a sua experiência em atividade de construção naval para o país (LIMA JUNIOR, 2004).

Ao longo dos anos, o setor naval passou por diversas fases, em que os investimentos aumentaram e diminuíram de acordo com as necessidades e interesses políticos. Pode-se mencionar que, durante o regime militar na década de 1980, vigorava no país o modelo de proteção da bandeira, que possuía como base a intervenção estatal no controle de empresas na construção de navios da MM. Porém, ao longo dos anos esse modelo demonstrou possuir custos elevados e de pouca eficiência (SIQUEIRA, 2006).

Com o passar dos anos, essa política apresentou resultados pouco animadores, visto que ocorreu a redução da frota e a consequente diminuição da indústria naval, o que causou grande impacto no comércio marítimo e na capacidade logística.

Com o intuito de recuperar o setor naval nos anos 1990, o governo melhorou as condições de financiamento para a construção de navios no país, implementou a lei dos portos e promoveu o sistema de concessão portuária. Como resultado, ocorreu o incentivo ao comércio marítimo. Entretanto, a indústria encontrava-se em recuperação e continuava distante da realidade das grandes nações marítimas.

A deficiência do setor naval também se estendia para a área militar. A MB atuou para amenizar essa situação, ao buscar parcerias privadas para a construção de seus navios, com objetivo de retirar a dependência do AMRJ. Porém, a falta de um orçamento perene para o Setor de Defesa e o alto custo de produção dos navios impactaram negativamente nos programas de construção naval (VIDIGAL, 1980).

Nessa perspectiva, a indústria naval militar brasileira e o setor de defesa são amplamente dependentes dos recursos do Estado para o seu desenvolvimento. Isso causa desestabilização no setor e afeta a continuidade dos programas e projetos.

A estabilização alavanca o potencial econômico do país em diversos setores. Em decorrência disso, a estabilidade dos anos 2000 promoveu o desenvolvimento do setor naval impulsionado pelo petróleo. Dessa maneira, esse grande impulso proporcionado pela indústria do petróleo levou a indústria naval a uma evolução, influenciada pelo aumento da produção nacional de navios no país (NUNES, 2007).

Em decorrência das crises políticas, ocorreu uma retração das atividades na indústria naval. Como consequência, o nível de empregos gerados encontra-se em patamar inferior ao ano de 2007 (FIG.5 ANEXO F). Isso representa uma queda econômica e produtiva do setor. A indústria naval é financiada pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), que tem como objetivo prover recursos para a indústria de construção e reparação naval brasileiras (BRASIL, 2004).

Dessa forma, a END (BRASIL, 2020a) descreve que o Setor de Defesa deverá estimular o desenvolvimento das indústrias do país, a fim de aumentar a capacidade de construção de meios e incrementar o PNac. Essa diretriz visa a reestruturação industrial brasileira do material de defesa, com o objetivo de fomentar os avanços e a independência tecnológica. Sob essa ótica, a MB procurou desenvolver o Programa de Construção do Núcleo do PN, que abarca outros projetos que são relacionados a obtenção de meios e capazes de desenvolver o PN (BRASIL, 2020b).

Esses projetos buscam aumentar a capacidade operacional da MB para atender a sua missão constitucional. Cabe mencionar que, o Programa de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), e o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO) possuem potencial para alavancar o desenvolvimento da indústria naval, favorecendo a geração de empregos, fomentando a economia do mar e fortalecendo o PM (MARINHA DO BRASIL, 2022b).

Além disso, o pleno funcionamento dos estaleiros de reparo e construção naval realçam o valor da indústria naval para o PM. Ademais, é importante ressaltar que a indústria naval, para fins militares na indústria brasileira, influencia decisivamente no desenvolvimento da nação, já que movimenta a economia nacional, produzindo benefícios tecnológicos que fortalecem a capacidade de defesa do Brasil.

É importante lembrar que as principais construtoras navais mundiais são asiáticas e lideradas pela China, que impulsionou sua Marinha, transformando-se na maior frota bélica naval do mundo. Ressalta-se que, a China possui 355 navios e deve expandir seu estoque para 420 navios nos próximos quatro anos, estima-se chegar em 2030 com cerca de 460 navios. Isso demonstra como o planejamento e os investimentos na construção naval podem influenciar decisivamente no fortalecimento do PN (REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA, 2021).

Não se pode esquecer que a construção de embarcações de esporte e recreação, também demonstram o potencial econômico do setor. Atualmente, segundo a DPC, a frota brasileira de embarcações de lazer cadastrada compreende a aproximadamente 1.010.587 embarcações (TAB. 2 ANEXO G). Cabe ressaltar que, embora o litoral do Comando do 8º Distrito compreenda somente 720 km, essa região possui o maior número de embarcações cadastradas. Isso caracteriza que o poder econômico está diretamente ligado ao número de embarcações, visto que as Regiões Sudeste e Sul concentram mais de 65% das embarcações inscritas na MB.

Por fim, o país necessita possuir uma indústria de construção naval forte, com o intuito de consolidar o PM e garantir a soberania nacional dos recursos naturais da Amazônia Azul. Como consequência, isso produz uma MB desenvolvida tecnologicamente, com uma frota compatível com a dimensão e a importância econômica do mar, capaz, também, de atender as atribuições subsidiárias descritas na Instrução Normativa nº 2/MB/MD de 21 junho de 2022 (BRASIL, 2022a).

2.2.4 Poder Naval

A relação entre a MB e a economia do mar consolida-se, reforçando a importância estratégica para o país. Mostra-se altamente promissora, uma visão do mar como fonte de crescimento econômico. Com base nesse contexto, é esperado que o PN componente da expressão militar do PNac, e integrante do PM, possua capacidade de desenvolvimento em consonância com a evolução econômica dos recursos marinhos.

É importante destacar que, o Brasil possui o maior território do Oceano Atlântico, e almeja desempenhar um papel de destaque no mundo em questões marítimas,

e como descreve a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar⁵, os Estados costeiros têm direitos soberanos não só à fiscalização, mas também à exploração, gestão, conservação, regulamentação e aproveitamento de recursos.

Nesse contexto, a Amazônia Azul se destaca no Atlântico Sul, sendo considerada prioritária na Defesa Nacional devido à importância estratégica e ao potencial de recursos naturais, que geram receitas e alavancam o desenvolvimento econômico.

Dessa forma, a PND e a END estabelecem os Objetivos Nacionais de Defesa⁶, que devem ser alcançados com planejamento estratégico, visto que necessita de um PN apto para atuar, conforme a magnitude do Brasil. Essa Política Naval respalda as ações da MB no intuito de possuir meios em quantidades e qualidades suficientes, a fim de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, conforme o OND-1 (BRASIL, 2020a).

Destaca-se ainda que, o instrumento que a MB possui para colocar em prática seus objetivos é a Esquadra, que constitui o principal meio do PN para a garantia da segurança do país. Nesse sentido, é possível comparar a evolução da Esquadra brasileira nas últimas duas décadas para verificar se o país mantém a capacidade operativa de proteção dos recursos nas AJB (BRASIL, 2019a).

No início dos anos 2000, a Esquadra possuía 29 navios, sendo: 1 Navio Aeródromo, 6 Fragatas Classe “Niterói”, 4 Fragatas Classe “Greenhalgh”, 4 Corvetas Classe “Inhaúma”, 4 Contratorpedeiros Classe “Pará”, 3 Navios de Transporte de Tropas, 2 Navios de Desembarque Doca, 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate, 2 Navios Tanque, 1 Navio-Escola e 1 Navio-Veleiro (ARAÚJO FILHO, 2021).

Todavia, a disponibilidade dos meios diminuiu, e atualmente a Esquadra brasileira é composta por apenas 17 navios, sendo: 1 Porta Helicópteros Multipropósito, 5 Fragatas Classe “Niterói”, 2 Fragatas Classe “Greenhalgh”, 1 Corveta Classe “Inhaúma”, 1 Corveta Classe “Barroso”, 1 Navio Doca Multipropósito, 2 Navios de Desembarque de Carros

5 A Convenção da Jamaica define os conceitos como mar territorial e zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental, alto-mar, estreitos utilizados para a navegação internacional, estados arquipélagos, ilhas, mares fechados ou semifechados, área, estados sem litoral, proteção e preservação do meio ambiente, investigação científica marinha e solução de controvérsias, além de disposições gerais e disposições finais (BRASIL, 1995).

6 Devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa (BRASIL 2020a).

de Combate, 1 Navio-Tanque, 1 Navio-Escola, 1 Navio de Socorro Submarino Guilhobel e 1 Navio Veleiro (MARINHA DO BRASIL, 2022c).

Tendo isso em vista, fica claro o declínio do PN e a dificuldade de cumprir suas tarefas básicas e atribuições subsidiárias da MB. Logo, apesar da sua dificuldade, o Brasil possui a maior costa marítima da região com 7.500km. Em seguida, está a Argentina, que possui uma área litorânea de 4.950km (FREITAS, 2018). Desse modo, comparar o PN as duas nações se torna algo inevitável.

Nesse contexto, o país se destaca, visto que possui o Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico, o maior navio de guerra da América do Sul. Vale mencionar que, toda a Armada Argentina possui 21 navios, sendo que desses, são: 4 Contratorpedeiros, 9 Corvetas, 4 Navios pequenos de Multipropósito, 1 de Apoio Logístico, 1 Transporte de tropa 1 Navio Patrulha e 1 Navio de Escola (ARGENTINA, 2022). Isso demonstra que o Brasil por possuir a maior costa marítima, com imensurável riqueza econômica, ainda está na vanguarda em termos de PN em sua região.

Segundo Almeida e Cabral (2018), quando se compara o PN brasileiro com os demais países do continente Americano, se observa um total de 15 países que possuem forças navais constituídas. Em relação aos tipos e meios existentes, conforme o estudo de Almeida e Cabral (2018), os Estados Unidos da América não possuem oponentes no continente, pois possuem uma Armada quatorze vezes maior que a brasileira em termos de poder militar.

Além disso, considerando apenas os tipos e meios disponíveis, a pontuação de acordo com os parâmetros estabelecidos ficou na seguinte ordem: EUA (1758,8 pontos), seguido do Brasil (129,8), Canadá (114), Argentina (103), Peru (97), Chile (77,8), Venezuela(67), México (62), Colômbia (48), Equador (44,3), Uruguai (18,8), Paraguai (4), e Bolívia (2,5). Os países que não constam nessa relação possuem poderes navais inexpressivos na América (ALMEIDA, CABRAL, 2018)

Assim, possuidor de um extenso litoral e como o maior país da América do Sul, o Brasil, mesmo que apresentando dificuldades, não possui oponentes com forças navais equiparadas a nossa Esquadra.

Vale ressaltar que, o Atlântico Sul é uma região estratégica com intenso comércio marítimo, que só no primeiro trimestre de 2022, movimentou cerca de US\$ 132,8 bilhões. Isso representou um aumento de 28,6% em relação ao mesmo período do ano

anterior, e obteve um saldo comercial de US\$ 11,8 bilhões, 45,9% maior que em 2021 (BRASIL, 2022b). Tudo isso ratifica a necessidade de se garantir a segurança das vias marítimas e a exploração das potencialidades e riquezas que o mar pode proporcionar.

Portanto, a defesa dos interesses nacionais, descritas na PND, END e no Livro Branco de Defesa Nacional, priorizam a vigilância e a segurança das nossas águas, fortalecendo o papel do PN no cenário nacional. Em suma, cabe aos governantes possuir uma mentalidade marítima, no sentido de entender o real significado de possuir um PN desenvolvido que navegue em paralelo com os recursos oriundos do meio marítimo, e priorizem a manutenção do poder de combate dos meios navais.

3 RECURSOS E NÍVEIS DE INVESTIMENTOS

O pensamento marítimo se relaciona à forma com que um determinado Estado operacionaliza suas estratégias, com a finalidade de otimizar os seus ganhos por meio dos mares, e como preserva seus recursos marinhos. Não se pode esquecer que esse relacionamento também é caracterizado pelo modo como o país defende suas riquezas, seus interesses e valoriza sua Defesa.

Cabe mencionar que, o mar é considerado a via mais acessível de transporte de mercadorias, incumbindo a cada nação a missão de protegê-lo das possíveis situações de vulnerabilidade (TILL, 2006). Nessa perspectiva, a defesa de um país é fundamental, e está interligada com a capacidade de projeção internacional do Estado, pois um país para ser respeitado, tem que ser capaz, por meio do seu poder dissuasório, de inibir possíveis ameaças.

Ademais, alcançar o seu desenvolvimento, há a necessidade de investimentos em defesa, que pode promover a soberania nacional na área marítima denominada Amazônia Azul, que possui riquezas incalculáveis, e sugere os grandes desafios reservados para a MB.

Então, os recursos do PN podem influenciar positivamente a imagem do Brasil perante as grandes nações, visto que a ampliação da capacidade de defesa garante ao país a proteção de seus interesses que coaduna com a exploração da econômica do mar.

3.1 Os recursos econômicos destinados ao Poder naval

Os recursos destinados ao PN indicam qual a importância que o país destina a sua soberania e a sua defesa. Nesse sentido, cabe comparar a evolução dos gastos militares em relação ao PIB Nacional. Essa associação tem como objetivo verificar o nível de recursos empregados no PN, uma vez que podem sofrer influências decorrentes de crises econômicas, fiscais, prioridades de investimentos e interesses políticos.

Desse modo, é preciso analisar o orçamento destinado ao Ministério da Defesa (MD), tendo em vista que este possui a responsabilidade de coordenação e consolidação do processo de repasse dos recursos públicos destinados as Forças Armadas e outros órgãos subordinados à pasta, conforme descreve a Lei complementar nº 97 de 1999.

Cabe mencionar que, os gastos com o Setor de Defesa, visam a obter, resguardar ou recompor uma condição de segurança para o país. Com isso, nos últimos anos os gastos tiveram um acréscimo considerável, passando de R\$ 59,5 bilhões no ano de 2010 (1,53% do PIB Nacional) para um orçamento de R\$114 bilhões no ano de 2021 (1,31% do PIB Nacional). Contudo, se pode observar um decréscimo em relação ao PIB Nacional.

Desse modo, entre os anos de 2010 e 2021, observou-se um significativo aumento no orçamento destinado ao Setor de Defesa, em que os valores praticamente dobraram. Porém, quando se leva em conta o PIB Nacional, a participação caiu de 1,53% para 1,31%. Ressalta-se que, no mesmo período o Orçamento Geral da União aumentou de R\$ 3,675 trilhões para 8,7 trilhões, mas os recursos da Defesa mantiveram-se em queda em relação PIB (IBGE, 2010; IBGE, 2022a).

Nesse contexto, mesmo destinando cerca de R\$114 bilhões no ano de 2021, aproximadamente 85,08% foram para o pagamento de pessoal, pelo exercício das funções referentes à defesa do país. Cerca de 5,6% foram destinados ao custeio, e apenas (6,4%) para o apoio de investimentos (BRASIL, 2021a). Vale destacar que, esses dados demonstram de forma consolidada o excessivo gasto com pessoal, e sinaliza a pouca capacidade de investimentos e aparelhamento no Setor de Defesa.

Além disso, no que diz respeito a MB, no período compreendido entre os anos de 2011 e 2019, houve um crescente aumento nos valores repassados, sendo que em 2011 a receita era de R\$ 16.663 bilhões, e passou para o valor de R\$ 32.280 bilhões no ano de 2019 (31,56% do orçamento do MD), como se observa no GRAF.1 do ANEXO H.

Quando se esperava uma continuidade de aumento orçamentário, ocorreu uma queda expressiva das receitas destinadas a MB, já que os recursos estimados de R\$ 32.280

bilhões, em 2019, retroagiram para cerca de R\$ 27.022 bilhões no ano de 2020 (26,77% do orçamento do MD). Essa queda não é comum, visto que no mesmo período, segundo o IBGE (2022a), a inflação acumulada foi de 4,31%. Isso revela que era necessária, no mínimo, uma recomposição orçamentária de acordo com a inflação.

Tendo isso em vista, ocorreu um leve crescimento nos valores destinados a MB entre os anos de 2021 e 2022, como se mostra no GRAF. 2 do ANEXO I, pois os recursos que eram de R\$ 27.936 bilhões, passaram a ser de R\$ 29.640 bilhões. É importante ressaltar que, a receita destinada a MB abrange os gastos diversos e, em sua maioria, decorrentes de despesa com pessoal (BRASIL, 2022c).

Cabe mencionar que, a PND estabelece que o entorno estratégico é uma área prioritária para o Brasil, que inclui o Atlântico Sul. Esse fato demonstra a vocação marítima brasileira, que é respaldada pelo seu extenso litoral. Todavia, para cumprir os objetivos descritos no PND e END é necessário um planejamento orçamentário e uma evolução nos investimentos de acordo com as conjunturas políticas sociais.

Mesmo o país sendo tradicionalmente pacifista frente aos demais países, não pode se afastar de uma política pública de defesa, que deve ser perene e previsível. Dessa forma, o Brasil se manterá em uma posição de influência no Atlântico Sul e sendo capaz de defender sua imensa riqueza marinha.

Vale ressaltar que, os gastos com pessoal são enormes, e diminuem consideravelmente os investimentos na Defesa. Porém, não se pode esquecer que as Forças Armadas são instituições seculares, e indiscutivelmente há um grande gasto com pensionistas e inativos.

Logo, o baixo nível de investimentos impacta diretamente no reaparelhamento, já que não permite a aquisição de novos meios e a modernização das instalações. Além disso, a diminuição dos recursos financeiros dificulta o investimento na capacitação de pessoal. Em razão das restrições orçamentárias dos últimos anos, ocorreu um impacto na aquisição de equipamentos em quantidade e qualidade desejáveis. Contudo, o maior prejuízo é na capacitação de pessoal, pois é algo que não se pode conseguir em um curto espaço de tempo e requer um planejamento a longo prazo.

Segundo Silva (1981), o gasto em segurança nacional em um país como o Brasil é, sobretudo, um investimento na própria infraestrutura econômica. Com isso, a injeção de recursos na Defesa a longo prazo representam uma melhora nos setores socioeconômicos,

pois influenciam na vida econômica do país. Dessa maneira, negligenciar os gastos em Defesa é negligenciar seu próprio povo e sua segurança.

Por fim, pode-se perceber que no Brasil os investimentos no MD cresceram substancialmente. Contudo, eles poderiam ser maiores, se o Estado mantivesse a relação com o PIB Nacional. Cabe ressaltar que, a maior parte do orçamento da MB ainda é concentrado no pagamento de pessoal. Nesse contexto, nos últimos anos os recursos destinados a MB se mantiveram estáveis, em razão das restrições orçamentárias. Em virtude disso, ficam distantes um reaparelhamento e uma aquisição de equipamentos, de acordo com o potencial econômico que o mar pode proporcionar.

3.1.1 Os recursos para Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A

Nos últimos anos (2012-2021), o Brasil presenciou períodos econômicos bons, e outros nem tanto, em que houve uma variação do PIB Nacional (GRAF. 3 ANEXO J). Nesse sentido, no ano de 2013, o país registrava um crescimento no PIB de 3,0%, e no mesmo ano foi fundada a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A (AMAZUL). Esta possui como finalidade a promoção, desenvolvimento, e manutenção das atividades referentes ao Programa Nuclear da Marinha (PNM); Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e do Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

Em decorrência do crescimento econômico e do panorama geopolítico, o país criou a empresa para fortalecer sua presença na região marítima do Atlântico Sul, em que estão localizadas grandes reservas de petróleo. Cabe destacar que, os investimentos nos programas da AMAZUL visam assegurar a plena soberania sobre águas jurisdicionais brasileiras e a manutenção dos interesses nacionais na AJB.

Em termos de recursos, cabe ao MD repassar os valores para AMAZUL para o aumento da segurança energética e defesa do Brasil, além da melhoria na qualidade de vida da sociedade. Destaca-se que, a autorização para a criação da AMAZUL se deu por meio da Lei nº 12.706, de 8 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

No GRAF. 4 do ANEXO J, se observa que os valores repassados pelo MD a AMAZUL, referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, outras despesas e investimentos, foram crescentes dos anos de 2013 a 2019. Entretanto, de 2019 a 2021 ocorreu uma queda nos valores repassados, e o orçamento acompanha a tendência econômica dos últimos anos.

Cabe mencionar que, a END torna essencial e primordial o desenvolvimento de projetos que necessitam de recursos para o desenvolvimento e autonomia tecnológica nacional. O aperfeiçoamento bélico da defesa nacional relacionado com o progresso econômico, tem o objetivo de fomentar projetos estratégicos e gerenciar o uso da tecnologia nuclear. Logo, é imprescindível o domínio da tecnologia para defesa do país, pois influencia no desenvolvimento econômico do Brasil (AMAZUL, 2020a).

Segundo o Relatório do Exercício Financeiro de 2020, a empresa vem apresentado prejuízos sucessivos, sendo de R\$ 661.000, 00 para o exercício de 2020, e de R\$ 1.168.000,00 para o ano de 2019. (AMAZUL, 2020b). Desse modo, observa-se que a carência de recursos dificultam o desenvolvimento no domínio da tecnologia nuclear.

O impacto negativo nas finanças da AMAZUL não só reflete na segurança do país, como também na sociedade, uma vez que projetos como o do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), equipamento essencial na produção de insumos para o diagnóstico e tratamento do câncer, dependem de recursos federais de cerca de R\$ 2,7 bilhões (AMAZUL, 2020c).

Portanto, a principal empresa de projetos nucleares do país fechou o balanço dos últimos anos com resultados nada animadores. Nesse contexto, a MB se vê obrigada a racionalizar os custos no desenvolvimento de tecnologia nos Projetos Estratégicos e inovações. Em suma, além de influenciarem no Setor de Defesa, uma vez que o Brasil possui uma imensa área marítima rica em recursos naturais, os impactos negativos restringem também os benefícios que a sociedade pode obter com os programas nucleares.

3.2 Níveis de investimentos no Setor de Defesa em outros países

As diferenças econômicas, estruturais e, principalmente, políticas indicam o nível de investimentos que os governos destinam as suas defesas. Nesse sentido, o orçamento militar de cada país, tornou-se estratégico e influenciado pelo poder econômico e influências geopolíticas. Vale mencionar que, a dimensão da área marítima de cada país não interfere no nível de investimento no Setor de Defesa. Com isso, não é esperado que países com vasto litoral priorizem a defesa de seu litoral.

Vale ressaltar que a proteção das riquezas e a soberania devem ser prioridades do Estado e de consenso político. O orçamento investido em favor da defesa mantêm as capacidades operacionais e o respeito internacional de cada país.

Os recursos destinados para a defesa determinam a importância do setor no cenário econômico do país, em que esse nível de investimentos é utilizado para a comparação entre os países. O orçamento militar sofre influências de vários fatores, além de estar ou não em conflito, visto que há uma variação no nível de interesse social e político na defesa do país (LESKE, 2018). Diante disso, o orçamento do Setor de Defesa, em nível mundial no ano de 2021, foi de cerca de 2,2% do PIB global, proporcionando um aumento de 6,1% em relação a 2020 (MELLO, 2022).

É importante destacar que, os EUA é o país que mais investe no Setor de Defesa. No ano de 2022, a somatória dos recursos liberados ficou em torno de US\$ 715 bilhões para o Departamento de Defesa (STONE, 2021). Deste valor, cerca de US\$ 211,7 bilhões foi repassado para a Marinha dos EUA. Ao comparar o orçamento atual com o do ano de 2021, houve um aumento de 1,8% nos valores repassados. Destaca-se que tal orçamento vai ao encontro da Estratégia Marítima. Isso é reflexo do esforço que o país realiza para manter a vantagem em termos marítimos (GALANTE, 2021).

Torna-se importante destacar que, este aumento é baseado pelo forte histórico de reformas que ocorreram para alavancar o valor máximo de cada dólar. Além disso, para o governo americano, o investimento da segurança do país reflete na prosperidade do povo americano (GALANTE, 2021).

O GRAF. 5 do ANEXO M mostra a visão geral do orçamento repassado à Marinha dos EUA. Sendo assim, dos US\$ 211,7 bilhões repassados, 1% é destinado a infraestrutura; 11% para Pesquisa e desenvolvimento; 27% pessoal; 27% em compras; e, com operações e manutenções 34%. Esses números comprovam que o gasto com o pessoal não ocupa parte significativa do orçamento, e libera os demais recursos para serem investidos em outras áreas da Marinha dos EUA.

A China aumentou seu orçamento militar em 7,1% em 2022. Deste valor, cerca de 1,45 trilhão de yuans (US\$ 230 bilhões) é destinado para promover a defesa do país. Ainda, a crescente militarização na região Ásia-Pacífico influenciou este aumento. Vale ressaltar que, o país tem o segundo maior orçamento de defesa em nível mundial, ficando apenas atrás dos EUA (AFP, 2022a).

Segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (ALBERGARIA, 2022), a Índia possui uma preocupação constante com o Paquistão, e vice-

versa. Por esse motivo, o país possui um dos maiores orçamentos militares do mundo, com cerca de US\$ 76,6 bilhões, que correspondem a 2,1% do PIB.

Em termos europeus, quem possui a vanguarda no Setor de Defesa são os britânicos, que ocupam o quarto lugar em nível mundial, pois destinaram cerca de US\$ 68,4 bilhões em 2021 a sua defesa, sendo que ocorreu um acréscimo de 3% em relação ao ano anterior (ALBERGARIA, 2022).

Ainda na Europa, no ano de 2021, o governo russo destinou US\$ 63,4 bilhões para sua defesa. Esse valor corresponde a 4,1% do PIB. Esse incremento no orçamento se deve ao posicionamento das tropas que se concentraram ao longo da fronteira da Ucrânia. Assim mesmo, o orçamento militar russo é 12 vezes inferior ao dos EUA (ALBERGARIA, 2022).

Os gastos com o orçamento do Ministério da Defesa francês encontra-se estabilizado em torno de 40,9 bilhões de euros anuais, ou 1,7% do PIB. Além disso, os recursos para atualização dos equipamento giram em torno de € 16,9 bilhões por ano, o que equivale a 40% dos gastos de defesa e 80% dos gastos de investimento do Estado. Assim, a França é o país da Europa que realiza os maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento no Setor de Defesa (RFI, 2022).

Após décadas de inércia depois da Segunda guerra Mundial, a Alemanha em fim elevou seus gastos com a defesa no ano de 2022 para 2% do PIB. O orçamento prevê o valor de 55 bilhões de dólares para a defesa, sendo um recorde para o país. Destaca-se ainda que, o país anunciou que disponibilizará um aditivo extra de 100 bilhões de euros para a modernização de sua defesa, e continuará a gastar pelo menos 2% do PIB a cada ano (AFP, 2022b).

Em virtude da reação dos aliados ocidentais (EUA/FRANÇA/Reino Unido) à militarização chinesa crescente na Ásia-Pacífico, o Japão, no ano de 2022, planeja um gasto de defesa recorde, a fim de proteger seus interesses marítimos. O país planeja um orçamento de 47,05 bilhões de dólares para o Setor de Defesa. Esse montante é 50% superior em relação ao do ano de 2018, visto que há tempos o país se compromete em manter seus orçamentos militares em 1% do PIB (AFP, 2021).

O relatório realizado pelo Stockholm International Peace Research Institute (MELLO, 2022), apontou os países que mais investiram em suas respectivas defesas no ano de 2021. Conforme avaliação, os gastos militares ultrapassaram pela primeira vez na história

o valor de 2 trilhões de dólares, 0,7% a mais que os gastos do ano anterior. Isso denota a importância do setor para a economia (AFP, 2022b). Vale ressaltar que os oito países que mais investiram correspondem a 69% dos gastos de defesa totais do mundo.

É importante destacar que os gastos militares mundiais em relação ao PIB, em termos percentuais, é o mais utilizado nas fontes consultadas e serve como parâmetros de comparação entre os países. Além disso, o PIB é aplicado para dimensionar o quanto o país está aplicando no Setor de Defesa em relação a sua economia

No ranking mundial, o Brasil, mesmo investindo 1,31% de seu PIB, ocupa a 17ª posição, sendo o país que obteve a maior despesa com a defesa na América Latina (AFP, 2022b). Os gastos com a defesa nacional no ano de 2021 foram de 19,2 bilhões de dólares, 4,3% a menos que no ano de 2020. Entretanto, em relação ao PIB, o país fica atrás da Colômbia (3%); Equador (2,4%); Uruguai (2,2%); Chile (1,9%) e Bolívia (1,5%) (RODRIGUES, 2022).

Cabe mencionar que, de acordo com os dados da SIPRI (2022) os investimentos do país em defesa em relação ao PIB vem diminuindo, pois era de 1,47% no 2018, conforme a TAB. 3 do ANEXO N. Isso impacta diretamente no aparelhamento do setor e denota que a preocupação com a defesa nacional não vem sendo prioridade para o Brasil. Nesse sentido, na América do Sul, o país que tradicionalmente investe mais o PIB Nacional em defesa é a Colômbia, devido a luta histórica contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (SIPRI 2022).

O Ministro da Defesa do Brasil, General Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, em audiência realizada no Congresso Nacional, em 06 de julho de 2022, mencionou que a “Política Nacional de Defesa é clara ao dizer que, para termos a condição de desenvolver a contento nossos programas e projetos estratégicos, deveríamos chegar a 2% do PIB” (RODRIGUES, 2022). Vale mencionar que, as principais potências militares investem em média 2,3% do PIB Nacional em suas defesas (GRAF.6 ANEXO O).

Devido à dificuldade em especificar os gastos nas Marinhas dos referidos países, foi verificado o orçamento geral do Setor Defesa, visto que representam o gasto destinado à proteção da soberania de cada país. Os valores apresentados foram retirados de diferentes fontes, e podem ocorrer pequenas variações entre os dados pesquisados, mas de uma maneira ampla, não interferem na interpretação.

Nesse contexto, os investimentos em defesa de cada país refletem: o quanto um país separa de sua riqueza para manutenção da sua soberania e segurança, e o quanto o mesmo é instável e ameaçado (HARTLEY, 2013). Com isso, pode-se perceber que, mesmo a Índia com uma área marítima menor que o Brasil, possui o terceiro orçamento mundial de defesa, ocasionado pelas tensões geopolíticas com o Paquistão.

Por fim, o Brasil se destaca na América Latina dos demais países em níveis totais do orçamento. Vale ressaltar que, devido a sua extensão territorial e a sua dimensão marítima, esse resultado era esperado. Contudo, a nível mundial é perceptível que países com dimensões marítimas menores possuem maiores investimentos dedicados a defesa. Isso é um reflexo das necessidades econômicas e estratégias de cada país.

3.3 Relação entre recursos destinados ao Poder Naval, Economia do Mar e o PIB Nacional

Após observar os recursos destinados ao Setor de Defesa, e também, nos principais países, é preciso realizar uma análise dos percentuais de investimentos pelo Estado relacionados ao PIB. Dessa maneira, é possível observar que o Brasil ainda está muito distante das principais nações, mesmo atingindo o ápice do seu orçamento em 2019.

Em 2019, a realidade orçamentária era vertiginosa, pois a Amazônia Azul começou a ganhar força, principalmente depois do momento em que o governo brasileiro estimou que mais de 95% de nosso comércio exterior trafegava por ela, assim como a extração de 95% de todo o petróleo nacional (BRASIL, 2021b).

Além disso, o Brasil é um país indubitavelmente marítimo, em que seu desenvolvimento está entrelaçado com o mar devido ao seu potencial econômico, pois possui um espaço marítimo superior a 3,5 milhões de quilômetros quadrados, extensão que compõe as AJB. O país possui dezessete estados litorâneos e 280 municípios defrontantes com o mar, o que faz com que mais 80% da população viva a menos de 200 quilômetros da costa brasileira (BRASIL, 2019b).

Vale salientar que, a alocação de recursos deveria ser simétrica com as tarefas do PN, e de acordo com os recursos provenientes do mar, já que o mar é a razão de existir da MB. Nesse sentido, o Estado estimou aplicar na MB, no ano de 2022, cerca de R\$ 27.936 bilhões, ou seja, 26,98% do orçamento do MD (BRASIL, 2022c). Além disso, o PIB Nacional de 2021 foi de R\$ 8,7 trilhões, sendo que os recursos destinados a MB representam apenas 0,32% do PIB total do país (IBGE, 2022b).

Segundo Carvalho (2018), cerca de 20% da economia brasileira é decorrente da economia do mar, e se forem consideradas as necessidades da MB para a proteção desse patrimônio, os investimentos deveriam ser bem maiores. Diante disso, fica claro a disparidade entre a importância econômica do mar e o nível de investimentos no PN. Porém, analisar os recursos destinados a defesa é extremamente difícil, pois não se trata de um assunto meramente econômico devido a uma série de fatores estratégicos e políticos.

Em uma visão simplista, não seria razoável sugerir um aumento exponencial dos recursos da MB, tendo em vista que a sociedade brasileira necessita de outras prioridades. Contudo, seria exequível e condizente, se o orçamento da Defesa conseguisse atingir a 2% do PIB, como sugeriu em audiência no Congresso o Ministro da Defesa. Cabe mencionar que, a média do PIB Nacional dos oito países que mais investem no Setor de Defesa (GRAF. 6 ANEXO N) é de cerca de 2,3%, então, não seria uma demanda absurda.

Nesse contexto, se essa política orçamentária fosse inserida, e o Estado aplicasse 2% do PIB no Setor de Defesa, os recursos aplicados aumentariam de R\$ 114 bilhões para R\$ 174 bilhões. Isso seria um incremento de 54% de verbas nas Forças Armadas. No caso da MB, se consideramos o orçamento de 2022, ocorreria um acréscimo de R\$ 17.304 bilhões, resultando em um orçamento de R\$ 45.240 bilhões na pasta. Vale mencionar que foi considerada a porcentagem de 26% dos gastos do MD aplicados na MB.

Dessa forma, o orçamento da Defesa está relacionado diretamente com a política de governo. Logo, o país necessita estabelecer prioridades no nível político e alterar sua mentalidade marítima, para que ocorra o reaparelhamento dos meios navais, que só podem ser adquiridos com aumento dos recursos destinados a MB.

Portando, devido ao potencial econômico e à importância estratégica caracterizada por ser considerada uma via essencial no comércio marítimo, a Amazônia Azul desperta cobiça internacional. Com isso, o PN é elemento primordial para a sua defesa e segurança energética, sendo uma via para projeção marítima internacional. O mar não é apenas fonte de riquezas e linha de comunicação, mas também veículo de integração regional e de projeção de poder do país. Em suma, o PN necessita de meios modernos compatíveis com as suas tarefas, sendo necessário um planejamento dos gastos e mentalidade marítima do Estado, para que a MB se mantenha sempre atualizada, balanceada e preparada para os novos desafios que estão por vir.

4 ECONOMIA DO MAR E INVESTIMENTOS NO PODER NAVAL

Inicialmente, é preciso estar ciente que o mundo atual é coberto de incertezas econômicas, e as tendências nem sempre se tornam realidade, devido as influências geopolíticas que se alteram constantemente. Nesse sentido, o desenvolvimento da Economia do mar sobrevive a margem desses dois fatores, o que a torna imprevisível.

Na visão estratégica de futuro, há grandes incertezas que fornecem elementos variáveis de trajetórias indefinidas para a construção do cenário vindouro. Cabe destacar que as tendências podem ser entendidas como: eventos cuja a perspectiva de direção e sentido são suficientemente consolidados e visíveis para se admitir sua permanência no período futuro (GODET, 1993).

Desse modo, há a tendência do aumento da importância da economia no mar até o ano de 2040, visto que é grande a geração de empregos e renda para os países considerados marítimos. No Brasil, com a Amazônia Azul a potencialidade é maximizada, o que pode ser materializado em torno do Planejamento Espacial Marinho (PEM)⁷, ferramenta de cunho operacional e jurídico que tem como finalidade organizar as atividades humanas no meio marítimo com objetivos socioeconômicos e ambientais (SANTOS, 2021).

O livro “O Valor do Mar” (BEIRÃO *et al.*, 2020), descreve os dados da OCDE, que informam que as indústrias ligadas ao mar geraram no ano de 2010 cerca de US\$ 1,5 trilhão em todo o mundo, e para 2030 projetam um valor duas vezes maior. Isso demonstra o potencial da economia marinha nas tomadas de decisões políticas para o futuro, pois em um cenário de expansão dos recursos marinhos, demandariam um maior investimento nos setores voltados para a segurança marítima, defesa e conservação. Logo, entender o valor do mar é algo primordial em qualquer discussão sobre investimentos na defesa dos interesses nacionais.

Nesse sentido, após identificar a potencialidade marítima no presente e para o futuro é necessário o Brasil proteger seu imenso patrimônio. Diante disso, a PND apresenta as intenções básicas do país em relação a sua defesa, e a END orienta as medidas a serem seguidas, a fim de se atingir os Objetivos Nacionais (ON) (BRASIL, 2020a). Ressalta-se que, a Política de Defesa é baseada nesses documentos. Sendo assim, a segurança dos recursos

7 Estratégias para o desenvolvimento e a segurança nacional, em razão da sua extensão e da vocação econômica marítima do País (MARINHA DO BRASIL, 2022d).

marinhos deve ser prioridade para o país, mas a sociedade não possui essa percepção, em virtude de o Brasil não se envolver em conflitos armados. Isso influencia diretamente nos investimentos do Estado nos programas e projetos do PN.

Todavia, para cumprir sua missão, o PN necessita de investimentos, já que os recursos oriundos da AJB influenciam diretamente no desenvolvimento da nação. Cabe destacar que a redução orçamentária impacta nos programas estratégicos imprescindíveis na segurança e vigilância marítima.

No 1º Seminário “Poder Naval: Garantia da Soberania e dos Interesses Brasileiros”, realizado em 27 de junho de 2022 no Comando do 7º Distrito Naval, o Almirante Linhares salientou a necessidade do Brasil realizar investimentos em tecnologia e capacitação de pessoal, a fim de possuir uma frota moderna, capaz de fiscalizar e garantir a soberania e os interesses nacionais.

Assim, a soberania das riquezas da Amazônia Azul é fundamental. Porém, para executar essas tarefas é necessário investimentos. Dessa forma, o principal instrumento que o Estado possui para garantir o fornecimento dos meios para o Setor de Defesa é o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), que define os projetos estratégicos (MD, 2022)

Esses programas representam a recomposição operativa da força, e na MB o SisGAAz, o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e a Construção do Núcleo do Poder Naval, buscam autonomia tecnológica e fomentação da indústria de defesa. Também, cabe destacar que a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), com a anuência do Governo Federal, visa permitir o desenvolvimento da nossa Base Industrial de Defesa (SILVEIRA JUNIOR, 2019), por meio da construção das Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), que também é considerado um Programa Estratégico.

No orçamento de 2021, as ações para construção do submarino nuclear e do seu estaleiro e base naval perderam, juntas, R\$ 491,2 milhões (49%). Nesse aspecto, o General Braga Netto, então MD, mencionou que o gasto com a defesa aumentou em todo mundo, mas o país ocupa a 85ª posição mundial no orçamento de Defesa com relação ao PIB. "O mundo está se armando em busca de recursos naturais para garantir segurança alimentar e hídrica. O País, pela riqueza que possui, é alvo de cobiça", alertou (BRANDÃO, 2021).

Mesmo com postura pacifista, o Brasil tem que possuir efeito dissuasório como estratégia nas AJB. Nesse aspecto, equacionar investimentos para projetos essenciais para a

defesa requer continuidade de recursos e planejamento. Além disso, a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, ainda limitou mais os gastos orçamentários para os próximos vinte anos. Por isso, não é possível para o país pensar em adquirir novos meios. Logo, as limitações orçamentárias denotam o nível de interesse político na defesa do país e acarretam insuficientes recursos para a manutenção dos meios, bem como para o reaparelhamento da MB.

Entretanto, isso é contraditório, uma vez que os recursos marinhos correspondem a cerca de 19% do PIB, sendo 2,6% oriundos de setores relacionados com o mar, e 16,4% de setores indiretamente ligados (WILTGEN, 2022). Vale destacar que, se a economia do mar brasileira fosse um país, em 2018, seria a segunda maior economia da América do Sul (ANDRADE *et al.*, 2022). Diante disso, o Brasil caminha em sentido contrário ao desenvolvimento econômico, pois restringe os recursos na defesa das suas riquezas.

Por isso, o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa na sociedade é essencial, uma vez que os recursos provenientes do mar despertam o interesse internacional. Neste contexto, o PN brasileiro se mostra em uma posição primordial, já que é a força empregada para defender e garantir a soberania nas AJB. Assim, se torna inviável a manutenção do direito estabelecido após anos de estudo sem uma real adequação de meios navais e tecnologias de vigilância em uma região tão vasta como a Amazônia Azul.

5 CONCLUSÃO

Conforme demonstrado ao longo da pesquisa, foi verificado que no Brasil os recursos marinhos potencializam a economia do país e deveriam tornar a Amazônia Azul prioridade no direcionamento de investimentos. Porém, as políticas públicas não destinam a atenção necessária para a segurança da região. Cabe destacar a relevância da área marítima para o país, visto que é considerada estratégica para o Setor de Defesa

Durante a leitura deste trabalho, destacou-se a importância do mar na economia do país e sua relação com o PM. Sendo assim, o mar é a nova fronteira econômica, sendo fonte do crescimento econômico dos países por meio das atividades desenvolvidas nele. Ressalta-se que, foram tecidas considerações acerca da economia brasileira, sendo que cerca de 20% do PIB é proveniente da economia do mar.

Não obstante, foi verificado que o PM e o PN são atores atuantes no desenvolvimento econômico do país, sendo considerados fatores primordiais para qualquer planejamento do crescimento nacional, visto que os gastos militares impactam diretamente na economia e fortalecem o desenvolvimento de tecnologias. Ainda, as vias de comunicação marítimas proporcionam condição necessária para o progresso econômico da sociedade.

Dessa forma, observou-se que as políticas contidas no Livro Branco de Defesa, na PND e na END, direcionam as ações de todos os setores da sociedade em prol dos interesses da defesa do país. Nesse contexto, o Atlântico Sul requer atenção especial, pois é um instrumento de projeção do PN, que visa garantir a segurança da Amazônia Azul e exploração da ZEE.

Além disso, objetivou-se relacionar a potencialidade de defesa do PN na área marítima brasileira frente aos principais países, no que diz respeito aos recursos destinados as suas respectivas defesas, e analisar se os recursos destinados ao PN são compatíveis com a importância econômica e estratégica que o mar pode proporcionar.

A partir da análise desenvolvida neste estudo, pode se considerar que a MB deve possuir um maior repasse de recursos, visto que os seus maiores custos são com o pagamento de pessoal e os investimentos realizados na Força atendem parcialmente suas necessidades. Nesse contexto, o Brasil destina 1,31% do seu PIB à sua defesa, e foi constatado que na América do Sul o país ocupa a vanguarda em termos quantitativos de investimentos, mas quanto ao PIB o país fica atrás até da Bolívia, que investe 1,5%. Em termos globais, o Brasil aplica menos em defesa do que a média dos principais países. Esse cenário é influenciado devido à ausência de conflitos internos e no seu entorno estratégico e, também, na falta de uma continuidade da política de investimentos em Defesa.

Vislumbra-se que os recursos oriundos do mar possuam importante papel no desenvolvimento econômico da sociedade. Contudo, apesar de ser caracterizada como essencial à Defesa Nacional, não é vista sob essa ótica pelos governantes. Nesse sentido, os investimentos na soberania dos mares não é prioridade do Estado.

Isso posto, ao longo da história, diversos programas navais tinham como objetivos e expectativas a consolidação do PN. Entretanto, o país sempre esteve sujeito aos ciclos econômicos, originados por instabilidade e crises políticas. Com isso, mesmo passando por períodos de calma e turbulência, o PN sempre permaneceu direcionado e comprometido no seu planejamento estratégico.

Nesse sentido, a indústria naval, por meio dos programas de reaparelhamento da MB, sempre procurou inserir o aperfeiçoamento de novas tecnologias no cenário nacional. Cabe destacar que, o Programa Nuclear brasileiro, com o enriquecimento de urânio, faz parte dessas inovações.

Adicionalmente, é importante mencionar que a aplicação de recursos no PN requer transparência e eficiência, tendo em vista a conjuntura social, econômica e política não permitirem outra forma dos gastos orçamentários. Logo, a busca de parcerias se torna uma alternativa. Porém, os investimentos na MB necessitam de um cenário sólido para o desenvolvimento de parcerias com o setor privado, que ajudam a promover a renovação dos meios.

Nesse sentido, percebe-se que o PFCT é um projeto bem-sucedido que visa a incorporação tecnológica e representa um avanço na garantia de independência na manutenção dos futuros meios com reflexos na indústria nacional.

Desta forma, se observou a necessidade de manter uma rotina de priorização de recursos no orçamento do Setor de Defesa, a fim de manter os investimentos nos projetos estratégicos e garantir os interesses nacionais na região. Isso justifica e fundamenta a demanda por meios adequados no intuito de assegurar a vigilância e o controle das AJB. Assim, ficou constatada a relação que existe entre a economia do mar e o PN. Isso porque os gastos com a defesa podem possibilitar o crescimento econômico e transferência de tecnologia.

Por fim, verificou-se que é necessário que o Estado repasse um volume maior de recursos para Marinha do Brasil e que sejam condizentes com a média das principais nações do mundo, pois a economia do mar representa parcela significativa do PIB do país. Além disso, os investimentos em defesa possibilitam o avanço econômico e tecnológico para todo o país. Em suma, é imprescindível o fortalecimento do Poder Naval, já que o mar representa a nova fronteira para desenvolvimento da nação e sua proteção, segurança e exploração consciente dependem de uma vigilância constante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. L. P.; SILVA, L. F. **Fatos da História Naval**. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

ALMEIDA, F. E. A.; CABRAL R. P. C. Classificação de marinhas: Uma proposta de metodologia Comparativa. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 2018.

ALERJ, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro . Economia do Mar vai compor Plano Estratégico de Desenvolvimento Estadual. **Quero Discutir o Meu Estado**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2020. Disponível: [https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/5980-economia-do-mar-vai-compor-plano-estrategico-de-desenvolvimento-estadual#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20para%20a,ativos%20econ%C3%B4micos%2C%20bens%20e%20servi%C3%A7os](https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/5980-economia-do-mar-vai-compor-plano-estrategico-de-desenvolvimento-estadual#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20para%20a,ativos%20econ%C3%B4micos%2C%20bens%20e%20servi%C3%A7os.). Acesso em: 07 jun. 2022.

AFP. Japão apresenta maior orçamento da história com gastos recordes de defesa. **Isto é Dinheiro**, 24 dez. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/japao-apresenta-maior-orcamento-da-historia-com-gastos-recordes-de-defesa/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

AFP. China aumentará gasto militar em 7,1% em 2022. **UOL Notícias**, 04 mar. 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/03/04/china-aumentara-gasto-militar-em-71-em-2022.htm>. Acesso em: 25.jun.2022.

AFP. Gastos militares globais atingem recorde histórico em 2021. **Conselho Regional de Economia – CORECON**, 26 abr. 2022b. Disponível em: http://corecon-al.org.br/2022/04/26/gastos-militares-globais-atingem-recorde-historico-em-2021_. Acesso em: 25.jun.2022.

AFP. China aumentará gasto militar em 7,1% em 2022. 2022. **Estado de Minas**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/03/04/interna_internacional,1350295/china-aumentara-gasto-militar-em-7-1-em-2022.shtml. Acesso em: 25.jun.2022.

ALBERGARIA, D. Tensões políticas aumentam os gastos militares. **Revista Pesquisa FAPESP**, 20 mai. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/tensoes-geopoliticas-aumentam-gastos-militares/>. Acesso: 11 jul. 2022.

AMAZUL - AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A. **Plano de Negócios 2020**. São Paulo, 2020a. Disponível em: https://www.amazul.mar.mil.br/sites/www.marinha.mil.br.amazul/files/Plano%20de%20Neg%C3%B3cios%20da%20AMAZUL%20PNA-2020%20%28corrigido%29_0.pdf. Aceso em: 07 jul. 2022.

AMAZUL - AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A. Russel Bedford. **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. São Paulo, 2020b. Disponível em: <https://www.amazul.mar.mil.br/>

sites/www.marinha.mil.br/amazul/files/AMAZUL%20RAI%2031.12.2020%20%28%20assinado%29-1_1.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

AMAZUL - AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A. Reator Multipropósito Brasileiro. **Amazul**, 2020c. Disponível em: <https://www.amazul.mar.mil.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/reator-multiproposito-brasileiro>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ANDRADE, I. O.; HILLEBRAND, G.R. L.; SANTOS, T.; MONT'ALVERNE, T. C. F.; CARVALHO, A. B. PIB do Mar Brasileiro, Motivações Sociais, Econômicas e Ambientais para sua mensuração e seu monitoramento. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, Brasília, DF, n. 2750, 2022. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/261055/1/td2740.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário Estatístico**, 2021. Disponível em: <https://abtra.sharepoint.com/sites/Dados/Documentos/Forms/AllItems.aspx?id=%2Fsites%2FDados%2FDocumentos%2FAdministra%C3%A7%C3%A3o%2FInfoporto%2F2022%2FCom%C3%A9rcio%20exterior%2FAnu%C3%A1rio%20ANTAQ%202021%2Epdf&parent=%2Fsites%2FDados%2FDocumentos%2FAdministra%C3%A7%C3%A3o%2FInfoporto%2F2022%2FCom%C3%A9rcio%20exterior&p=true&ga=1>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIO. **Portos brasileiros movimentaram 179,8 milhões de toneladas no primeiro bimestre. 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2022/portos-brasileiros-movimentaram-179-8-milhoes-de-toneladas-no-primeiro-bimestre>. Acesso em: 28 .jul.2022.

ARGENTINA. Ministério da Defesa. **Armada Argentina**, 2022a. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/armada/superficie/unidades>. Acesso em: 26 jul. 2022.

ARGENTINA. Ministério da Defesa. **Política presupuestaria de la Juridicción**, 2022b. Disponível em: <https://www.economia.gob.ar/onp/documentos/presutexto/proy2022/jurent/pdf/P22J45.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BARBOSA JUNIOR, I. Amazônia Azul – o nosso mar. *In*: BEIRÃO, A, P.; MARQUES, M. M.; RUSCHEL, R. R. (org.). **O Valor do Mar**. São Paulo, SP: Essencial Idea, 2020.

BARONCINI, A. A nova fronteira econômica está nos mares. *In*: BEIRÃO, A. P.; MARQUES, M. M.; RUSCHEL, R. R. (org.). **O Valor do Mar**. São Paulo, SP: Essencial Idea, 2020.

BEIRÃO, A. P.; MARQUES, M. M.; RUSCHEL, R. R. (org.). **O Valor do Mar**. São Paulo, SP: Essencial Idea, 2020.

BRANDÃO, F. Forças Armadas dizem que cortes comprometem programas estratégicos. **Agência Câmara de Notícias**, 05 mai. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/755229-forcas-armadas-dizem-que-cortes-comprometem-programas-estrategicos>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 1.530, de 22 de junho de 1995. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 9199, 23 jun. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1530.htm. Acesso em: 17. jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.893, de 13 de Julho de 2004. Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXI, n. 34, p. 2-5, 14 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.893.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 fev. 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5377.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.592, de 02 de outubro de 2008. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 03 out. 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6592.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL, Lei nº12.706, de 8 de agosto de 2012. **Autoriza a criação da empresa pública Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12706.htm. Acesso em: 29 jul 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Normas Da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras**, 2013. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dpc/sites/www.marinha.mil.br/dpc/files/NORMAM-08.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD41-M-01 – **Doutrina de Mobilização Militar**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/182/1/MD41_M_01_dout_mob_mil_2ed_2015.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305: **Doutrina Militar Naval (DMN)**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Política Naval**, 2019a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/politicanaval>. Acesso: em 26 jul. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Economia Azul, o desenvolvimento que vem do mar**, 2019b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/economia-azul-o-desenvolvimento-que-vem-do-mar>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)**, 2020c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/psrm/sobre>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF, 2020d. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Execução Orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Ministério da Defesa – Unidade Orçamentária/Grupo de Natureza de Despesa**, 2020e. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/orcamento_financas/2021/10-atualiza-consolidado-2012-a-2021-v-ascom-dot-atualizada-e-empenhadas-outubro.pdf. Acesso em: 25 jun 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Orçamento e Finanças**, 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1/imagens/despesas_2021.jpg/view. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Amazônia Azul**. [S. l.], 2021b. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em: 6 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Balança Comercial Brasileira - Boletim Trimestral**. Brasília, DF, 2022a. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/boletim/boletim_trimestral_atual.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Execução Orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Ministério da Defesa – Unidade Orçamentária/Grupo de Natureza de Despesa**, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1/arquivos/06-atualiza-consolidado-2013-a-2022-v-ascom-dot-atualizada-e-empenhadas-junho.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Instrução Normativa N° 2/MB/MD**, 2022c. Diretrizes gerais para a atuação da Marinha do Brasil no cumprimento da atribuição subsidiária conferida pelo art. 16-A da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999.

CAMINHA, J. C. G. **História Marítima**. Coleção General Benício: Biblioteca do Exército, 1980.

CARVALHO, A. B. **Economia do mar: Conceito, Valor e Importância para o Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FAYAD, R. A. A mobilização do Reino Unido no conflito das Malvinas. **Revista Marítima Brasileira**, 1986.

ARAÚJO FILHO, E. C. A. **Obtenção de meios navais por construção ou por oportunidade? Uma análise do Programa Classe “Tamandaré”**. 2021. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) - Escola de Guerra Naval, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais**, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais>. Acesso em: 06 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto – PIB**, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 11 jul. 2022.

INDEXMUNDI. **Comparação entre países: número de navios da marinha mercante**, 2022. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=120&l=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LESKE, A. D. Base Industrial de Defesa. *In*: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (Org.). **Dicionário de Defesa e Segurança**, v. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

LIMA, J. E. T. **A indústria marítima como opção para o desenvolvimento brasileiro: abordagem a partir da formação de “clusters” com foco na construção naval**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – UCAM, Rio de Janeiro, 2004.

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à ação**. Portugal, Lisboa: Dom Quixote, 1993.

GONZALEZ, M. M.; TRUJILLO L. Reforms and infrastructure efficiency in Spain’s container ports. *Transportation Research Part. Elsevier*, v. 42, n. 1, p. 243-257, 2008.

GALANTE, A. Orçamento do Departamento da Marinha dos EUA proposto para o ano fiscal de 2022. **Poder Naval**, 07 jun. 2021. Disponível em:

<https://www.naval.com.br/blog/2021/06/07/orcamento-do-departamento-da-marinha-dos-eua-proposto-para-o-ano-fiscal-de-2022/>. Acesso em: 25 jun 2022.

HARTLEY, K. **Handbook Of Defense Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2003.

MARINHA DO BRASIL. Principais Programas e Projetos. **Relatório de Gestão do Comando da Marinha**, 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/principais-programas-e-projetos-2021.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MARINHA DO BRASIL. E-Navigation traz mais segurança e aprimora a navegação. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília, DF, 24 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/e-navigation-traz-mais-seguranca-e-aprimora-navegacao>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MARINHA DO BRASIL. **Programas Estratégicos**, 2022b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARINHA DO BRASIL. **Meios da Esquadra**, 2022c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comemch/?q=meios%20da%20esquadra>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARINHA DO BRASIL. **Planejamento Espacial Marinho**. 2022d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/psrm/pem>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARINE TRAFICC. **Santos Port**, 2022. Disponível em: <https://www.marinetraffic.com/en/ais/details/ports/189?name=SANTOS&country=Brazil>. Acesso em: 26 jul 2022

MELLO, M. Gasto militar mundial bate recorde e supera US\$ 2 trilhões em 2021, aponta relatório. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/25/gasto-militar-mundial-bate-recorde-e-supera-us-2-trilhoes-em-2021-aponta-relatorio>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED)**, 24 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/paed/plano-de-articulacao-e-equipamento-de-defesa-paed>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MAFRA, R. M. O. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. São Paulo: Editora Sicurezza, 2006.

MORCEIRO, C. P.; TESSARIN, M. S.; GUILHOTO, J. J. M. Productive complex of defense and security in brazil: dimensional, sectoral and theconological impacts. **Economia Aplicada**, v. 22, n.3, p. 89-118, 2018.

NUNES, G. Levantar âncora, Brasil. **Revista Portos e Navios**, Rio de Janeiro, 2007.

REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA. China tem a maior marinha do mundo com 355 navios e contando, diz o Pentágono. **Poder Naval**, 05 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.naval.com.br/blog/2021/11/05/china-tem-a-maior-marinha-do-mundo-com-355-navios-e-contando-diz-o-pentagono/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

OECD. *The Ocean Economy in 2030*. OECD Publishing, Paris, 2016. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/economics/the-ocean-economy-in-2030_9789264251724-en. Acesso em: 06 jun. 2022.

PORTUGAL. **Orçamento do Estado para Defesa tem uma dotação global de 2507 milhões de euros**, 09 mai. 2022. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=orcamento-do-estado-para-defesa-tem-uma-dotacao-global-de-2507-milhoes-de-euros>. Acesso em: 25 jun. 2022.

RFI. França vai reavaliar gastos militares e Paris pede mais cooperação europeia para Defesa. **UOL Notícias**, 13 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/06/13/franca-vai-reavaliar-gastos-milares-e-paris-pede-mais-cooperacao-europeia-para-defesa.htm>. Acesso em: 25 jun. 2022.

RODRIGUES, A. Ministro reforça necessidade de mais recursos para as Forças Armadas. **Agência Brasil**, 06 jul. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-07/militares-reforcaram-necessidade-de-mais-recursos-para-forcas-armadas>. Acesso em: 07 jul.2022.

SAIBA mais sobre os Principais Portos do Mundo. **Fazcomex**, 08 jul. 2022. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/portos-do-mundo/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, T. **Economia do Mar e Poder Marítimo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Alpheratz, 2021.

SANTOS, T.; CARVALHO, A. B. Um Panorama da Economia do Mar no Brasil. In: BEIRÃO, A. P.; MARQUES, M. M.; RUSCHEL, R. R. (org.). **O Valor do Mar**. São Paulo, SP: Essencial Idea, 2020.

SINAVAL pede a candidatos política consistente para indústria naval. **Sinaval**, 04 jul. 2022. Disponível em: <http://sinaval.org.br/2022/07/sinaval-pede-a-candidatos-politica-consistente-para-industria-naval/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SIQUEIRA, C. O. **Auxílios Estatais aos Setores de Construção Naval e transporte Marítimo**. 2006. Trabalho de Conclusão de Disciplina (Tópicos Especiais em Transporte Marítimo) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

STONE, M. EUA: orçamento para defesa visa conter China e dá aumento de 2,7% a militares. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/eua-orcamento-para-defesa-visa-conter-china-e-da-aumento-de-2-7-a-militares/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SIPRI - INSTITUTO ESTOCOLMO PARA A PAZ MUNDIAL. **SIPRI Military Expenditure Database**, 2022. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, G. C. **Planejamento estratégico**. Brasília: UnB, 1981.

UNCTAD - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **Maritime profile: Brazil**, Suíça, Genebra, 2019. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/MaritimeProfile/en-GB/076/index.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VIDIGAL, A. A. F. A Indústria Naval Militar no Brasil através do tempo: Introdução. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 10, 11, 12, 1980.

FREITAS, B. Países com maior Costa Litoral (Lista dos Maiores). **KNOOW**, 15 set. 2018. Disponível em: <https://knoow.net/outros/lista-dos-maiores/paises-maior-costa-litoral-lista-dos-maiores/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

TILL, G. Poder marítimo: questões relevantes e desafios. **Revista da Escola de Guerra Naval**, n. 7, 2006. Rio de Janeiro - RJ – Brasil.

VAL, S. S. **O périplo do Cisne Negro: Poder, Política e Tecnologia na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

WILTGEN, G. O valor do mar no PIB brasileiro. **Defesa Aérea & Naval**, 04 mai. 2022. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/o-valor-do-mar-no-pib-brasileiro>. Acesso em: 04 jun. 2022.

ANEXO A

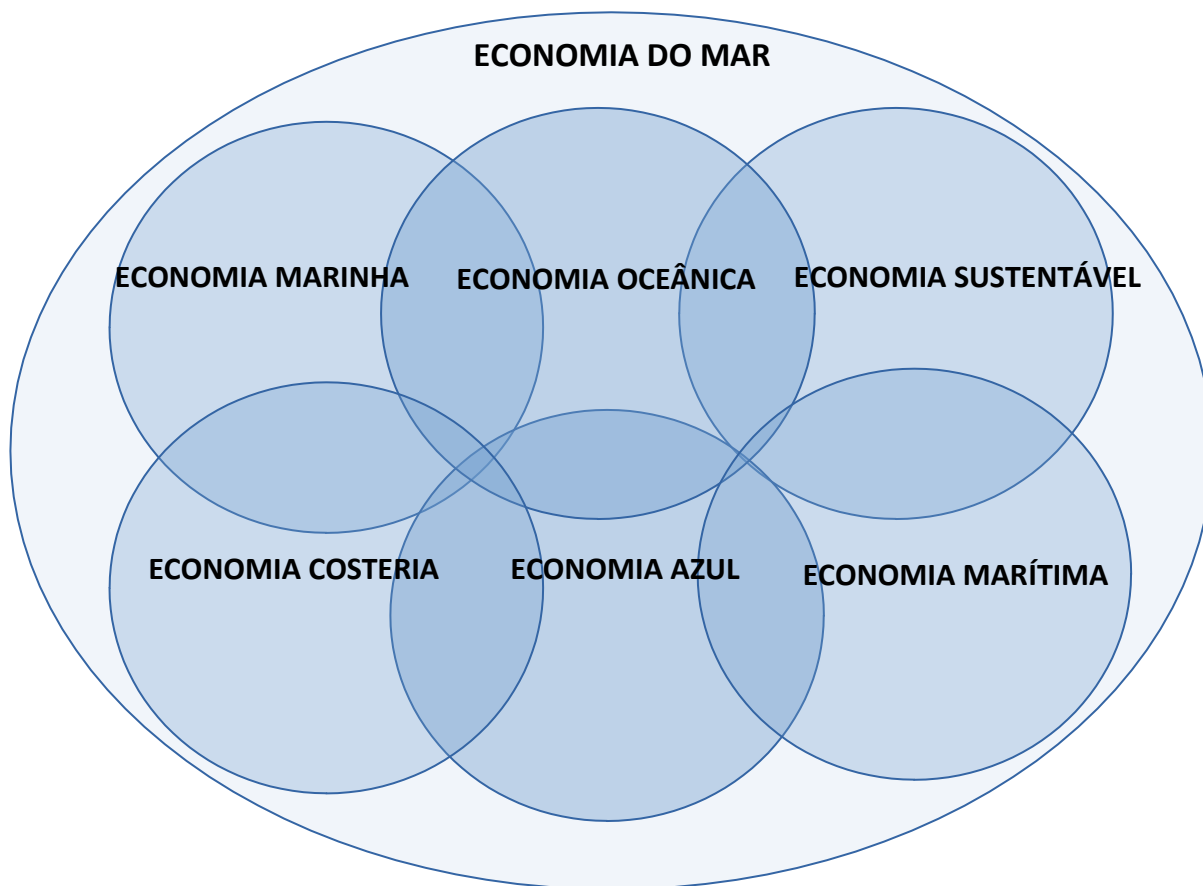
TABELA 1 - Definições da Economia do Mar realizada pela literatura especializada.

PAÍS/ORG.	CONCEITO	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA
BRASIL	Economia do Mar	Atividades econômicas que apresentam influência direta ou indiretamente do mar.	CARVALHO, 2018
CHINA	Economia Oceânica	Atuam na produção de bens e serviços que utilizam bens e serviços que utilizam o oceano de alguma forma	ZHAO <i>et al.</i> , 2014 <i>apud</i> SANTOS, 2021
EUA	Economia Oceânica e Economia Costeira	Oceânica: atividade econômica oriunda do mar ou grandes lagos. Costeira: atividade econômica que ocorre próximo a costa.	COLGAN, 2003 <i>apud</i> SANTOS, 2021
FRANÇA	Economia Marítima	Atividades econômicas vinculadas diretamente ao mar.	GIRARD e KALAYDJIAN 2014 <i>apud</i> SANTOS, 2021
INGLATERRA	Economia Marinha	Atividades econômicas presentes em áreas costeiras ou no ambiente marinho; usa recurso marinho no processo produtivo ou depende de outras indústrias presentes na economia marinha.	STEBBINGS <i>et al.</i> , 2020 <i>apud</i> SANTOS, 2021
OECD	Economia Oceânica, indústrias baseadas no oceano	A Soma das atividades econômicas baseadas no oceano com ativos, bens e serviços os quais são provenientes dos ecossistemas Marinhos.	OECD, 2016

Fonte: SANTOS, 2021.

ANEXO B

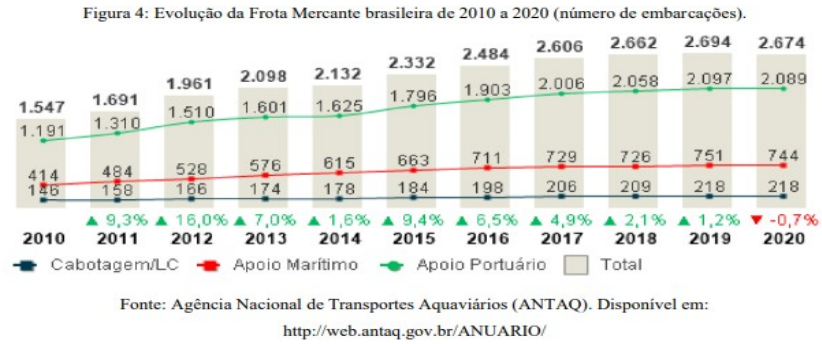
FIGURA 1 - Denominações das economias provenientes do mar.



Fonte: Adaptado de SANTOS *apud* SANTOS, 2021.

ANEXO C

FIGURA 2 - Evolução da Frota Mercante brasileira de 2010 a 2020 .



Fonte: ANTAQ, 2022.

ANEXO D

FIGURA 3 - Número de navios mercantes por bandeira de origem 2020.



Fonte: INDEXMUNDI, 2022.

ANEXO E

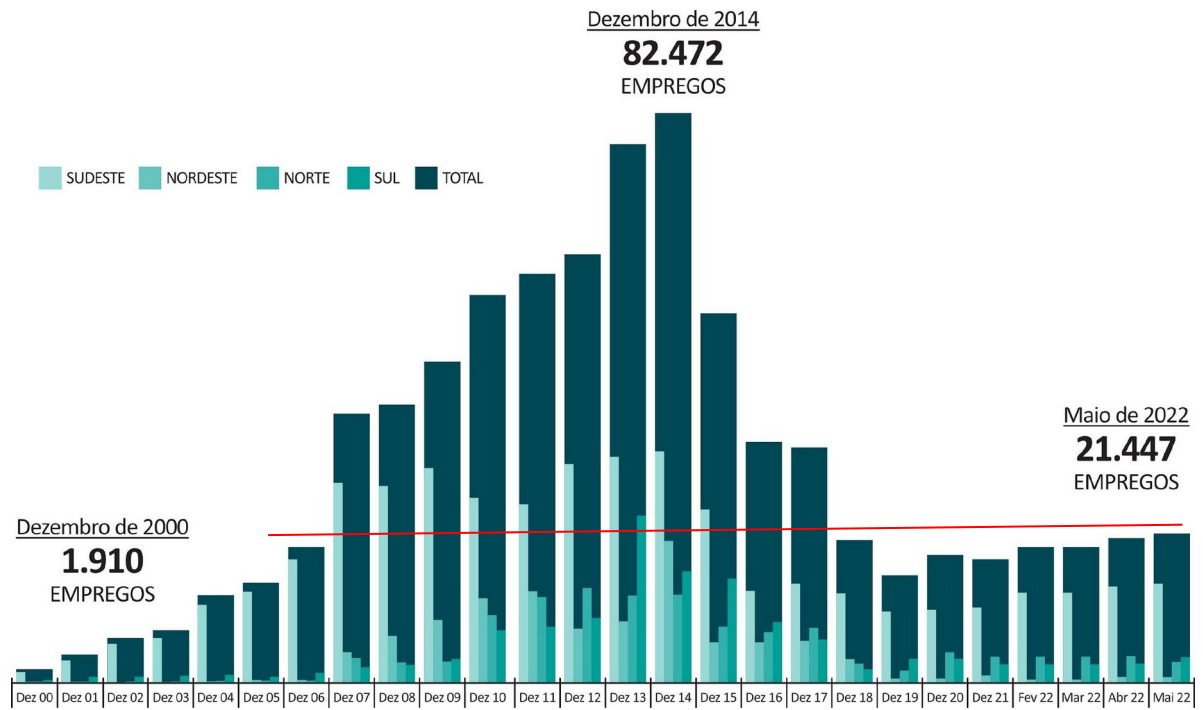
FIGURA 4 – Tráfego de embarcações e as linhas de navegação da Amazônia azul e no entorno estratégico do Brasil de 2021.



Fonte: MARINE TRAFFIC, 2021.

ANEXO F

FIGURA 5 - Série histórica dos empregos no setor de construção naval e offshore – 2000 a 2022.



Fonte: SINAVAL..., 2022.

ANEXO G

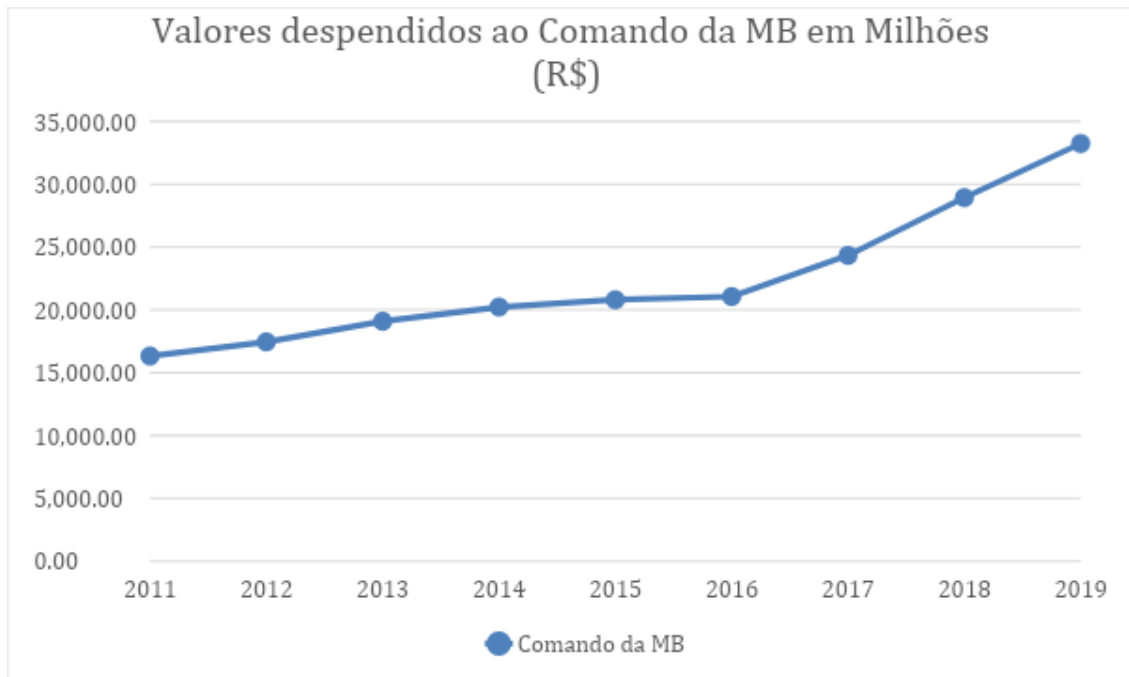
TABELA 2 - Número de embarcações cadastradas na MB em 2022.

Unidade federativa	Embarcações cadastradas na MB	Esporte e Recreio	PIB per capita em R\$ (2019)	Razão UF / Brasil	Extensão do litoral (Km)
Comando do 7º Distrito Naval	67.727	54.432	90.742,75	2,6	-----
Comando do 8º Distrito Naval	344.142	259.761	51.140,82	1,5	720
Comando do 1º Distrito Naval	167.928	103.154	45.174,08	1,3	1.024
Comando do 5º Distrito Naval	146.306	83.230	45.118,41	1,3	1.154
Comando do 6º Distrito Naval	60.762	47.058	40.787,32	1,2	-----
Comando do 9º Distrito Naval	52.508	19.126	26.497,12	0,8	-----
Comando do 4º Distrito Naval	68.989	15.048	20.734,60	0,6	1.866
Comando do 2º Distrito Naval	45.833	23.653	19.716,21	0,6	1.095
Comando do 3º Distrito Naval	56.392	21.118	19.441,23	0,6	1.516
<u>TOTAL</u>	1.010.587				

Fonte: Elaboração própria adaptado de DPC, 2022; IBGE, 2022a.

ANEXO H

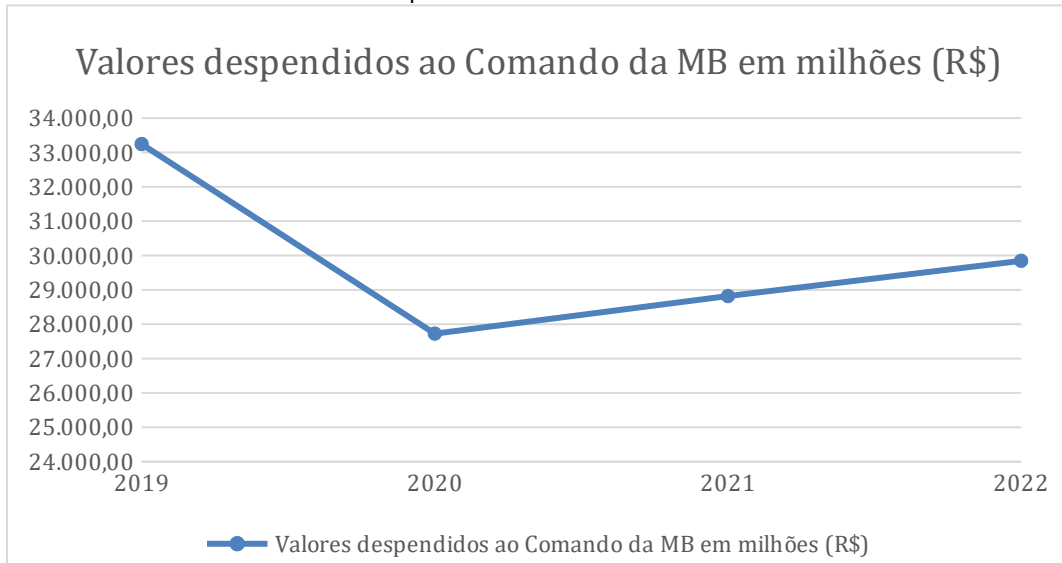
GRÁFICO 1 - Valores despendidos ao Comando da MB de 2011 até 2019.



Fonte: BRASIL, 2022c.

ANEXO I

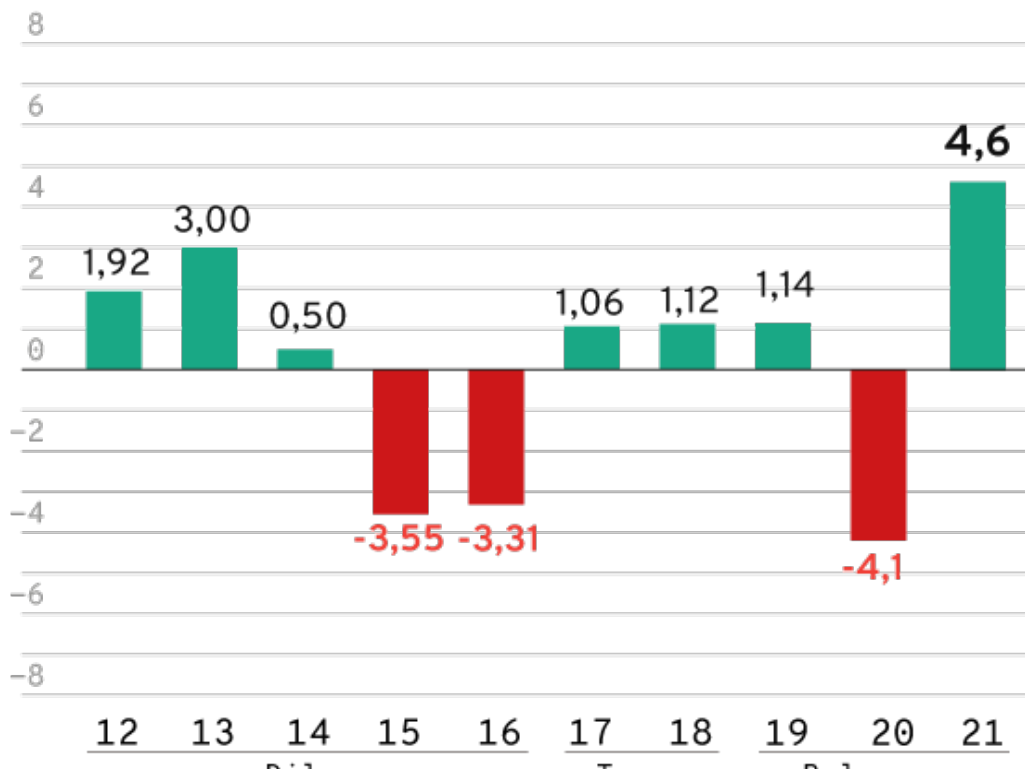
GRÁFICO 2 - Valores despendidos ao Comando da MB de 1919 até 2022.



Fonte: BRASIL, 2022c.

ANEXO J

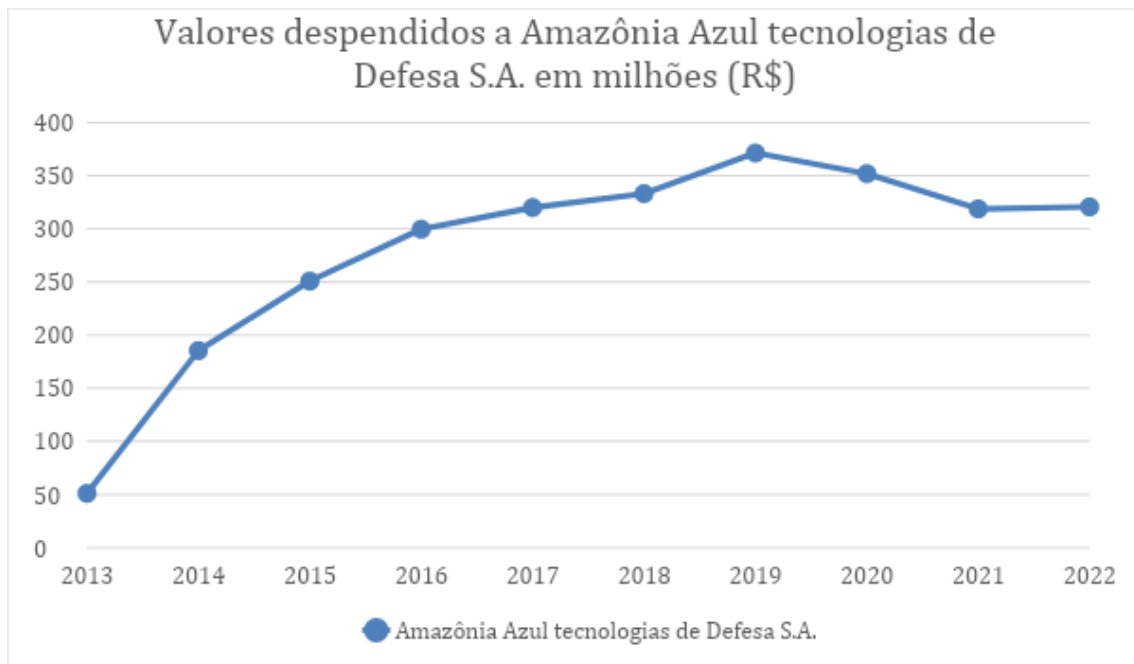
GRÁFICO 3 - PIB anual do Brasil nos últimos 10 anos. Evolução do PIB brasileiro durante os governos três últimos governantes.



Fonte: INFOGRAFICOS, 2022.

ANEXO L

GRÁFICO 4 - Valores despendidos para AMAZUL de 2013 a 2022.



Fonte: BRASIL, 2022c.

ANEXO M

GRÁFICO 5 - Visão geral do orçamento repassado a Marinha dos EUA.
Visão geral do orçamento repassado a Marinha EUA



Fonte: MARINHA AMERICANA, adaptado de GALANTE, 2021.

ANEXO N

TABELA 3: Gastos militares dos países da América do Sul em relação ao PIB.

Country	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Argentina	0,76%	0,78%	0,84%	0,88%	0,85%	0,81%	0,86%	0,75%	0,71%	0,73%	0,57%
Bolívia	1,68%	1,85%	1,84%	1,90%	1,76%	1,53%	1,54%	1,50%	1,45%	1,32%	1,54%
Brazil	1,41%	1,38%	1,33%	1,33%	1,37%	1,35%	1,41%	1,47%	1,38%	1,36%	1,31%
Chile	2,25%	2,05%	1,99%	1,96%	1,90%	1,92%	1,94%	1,86%	1,86%	2,09%	1,96%
Colombia	3,08%	3,16%	3,27%	3,11%	3,11%	3,07%	3,21%	3,06%	3,14%	3,50%	3,40%
Ecuador	3,10%	2,95%	2,88%	2,74%	2,62%	2,51%	2,36%	2,35%	2,18%	2,53%	2,46%
Guyana	1,26%	1,17%	1,18%	1,28%	1,45%	1,48%	1,65%	1,59%	1,60%	1,39%	0,96%
Paraguay	0,85%	0,96%	0,96%	0,99%	1,07%	0,95%	0,89%	0,96%	0,97%	1,02%	0,97%
Peru	1,38%	1,48%	1,64%	1,59%	1,73%	1,30%	1,25%	1,17%	1,19%	1,35%	1,12%
Uruguay	1,72%	1,80%	1,82%	1,81%	1,82%	1,87%	1,96%	2,13%	2,06%	2,18%	2,26%
Venezuela	1,13%	1,34%	1,67%	1,16%	0,94%	0,45%	2,23%	0,15%	0,18%

Fonte: Adaptado de SIPRI, 2022.

ANEXO O

TABELA 4 - Principais potências militares 2021.

PAÍS	ORÇAMENTO DEFESA US\$	PORCENTAGEM DO PIB NACIONAL %	PORCENTAGEM DO GASTO MUNDIAL %	Costa Litoral/ Área Marítima (em km)
EUA	800,7	3,5	39	19.924
CHINA	293,3	1,7	13	14.500
ÍNDIA	76,6	2,1	3,7	7.000
REINO UNIDO	68,4	3	3,1	12.429
RÚSSIA	63,4	4,1	3,1	37.653
FRANÇA	56,6	1,7	2,7	4.796
ALEMANHA	55,0	2	2,7	2.389
JAPÃO	47,0	1	2,5	29.751
BRASIL	19,2	1,3	1,0	7.491

Obs: Média do PIB Nacional investidos em Defesa 2,3%.

Fonte: Adaptado de ALBERGARIA, 2022; FREITAS, 2018.